

BANQUE PRIVÉE EDMOND DE ROTHSCHILD EUROPE



RELATÓRIO ANUAL 2008

Sociedade Anónima

20, Boulevard Emmanuel Servais - L-2535 Luxemburgo - Caixa Postal B.P. 474 - L-2014 Luxemburgo

Tel.: (352) 24 88 1 - Fax Direcção: (352) 24 88 8222 - Swift PRIBLULL - R.C. LUX B 19194 - TVA LU 121687 24

www.lcf-rothschild.lu

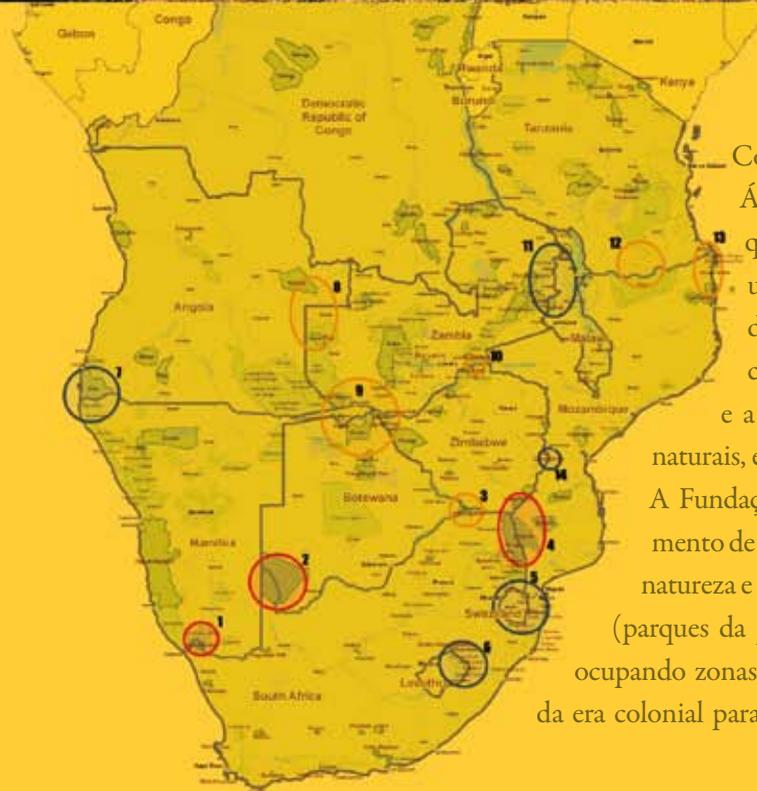
ÍNDICE

■ Mensagem do Presidente	6
■ Órgãos sociais do Banque Privée	
Edmond de Rothschild Europe	8
■ Relatório de gestão	18
■ Demonstração financeira 2008	32
■ Anexo às contas anuais	40
■ Relatório dos Auditores Independentes	70
■ Contactos	74



peace parks





Continente de diversidade natural por excelência, a África alberga milhões de espécies animais e vegetais que formam, conjuntamente com os seres humanos, um alfobre precioso. Presentemente, grande parte dessa diversidade enfrenta a ameaça da extinção: os corredores migratórios estão a desaparecer, a poluição e a sobrexploração estão a desestabilizar os processos naturais, e a pobreza está a acentuar-se.

A Fundação Peace Parks tem como objectivo o restabelecimento de uma convivência harmoniosa entre a conservação da natureza e o desenvolvimento socioeconómico. Os Peace Parks (parques da paz) são reservas transfronteiriças de conservação, ocupando zonas que se sobrepõem às fronteiras africanas oriundas da era colonial para benefício dos seres humanos, da fauna e da flora.



Estas regiões são escolhidas em função da riqueza da sua biodiversidade, das suas tradições culturais e do seu potencial de desenvolvimento. Graças ao apoio dos governos locais, de organizações internacionais e do sector privado, já nasceram nada menos que 10 Peace Parks na África austral.

Após o período sombrio das guerras civis que assolaram a região, a Fundação Peace Parks foi lançada por três visionários, Nelson Mandela, o Príncipe Bernhard da Holanda e o Dr. Anton Rupert. O barão Edmond de Rothschild aderiu a este projecto ambicioso logo quando ele foi criado, em 1997, sendo um dos seus principais financiadores e embaixadores a nível internacional.

Desde então, a Fundação Peace Parks tem beneficiado do apoio activo das Fundações Edmond e Benjamin de Rothschild, que dela adoptam a missão: desenvolvimento sustentável, defesa do ambiente, educação e formação.

www.peaceparks.org

MENSAGEM DO PRESIDENTE

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Todos estão já de acordo quanto à violência da actual crise económica e financeira à escala global, a mais devastadora desde a dos anos 30. É evidente que nenhum banco, nenhum gestor de activos e nenhum banqueiro privado poderiam prever a sua dimensão, como ninguém pode calcular a sua duração, ou, ainda mais difícil, evitar todas as suas consequências.

O nosso grupo, os nossos gestores e os nossos clientes defrontam-se juntos com o colapso dos mercados. E é juntos que enfrentamos a situação, porque beneficiamos das particularidades inerentes a um banco de família. Mencionarei apenas três delas:

Em primeiro lugar, não nos permitimos correr riscos consideráveis. Embora evidentemente soframos alguns danos colaterais com a crise mundial, estamos melhor protegidos que a maioria. E partilhamos essa prudência instintiva com todas as outras empresas de capitais familiares, cuja sustentabilidade de desempenhos está amplamente comprovada. Muitos bancos só conseguiram sobreviver com o recurso maciço a novos accionistas, e por vezes mesmo ao Estado ou a fundos soberanos. Mas a nossa casa perderia a sua alma sem os accionistas que lhe dão o nome, a cultura e as tradições de geração em geração. Os gestores do nosso grupo, que também participam no capital, zelam pelos fundos próprios, preservando dessa forma um dos activos essenciais dos nossos bancos, que é o nome. Refiro-me à reputação ligada a esse nome, que continua intacta há 250 anos, apesar das revoluções, das guerras, das perseguições e dos choques dos mercados, por vezes igualmente devastadores.

Por outro lado, nunca nos afastámos daquela que é a nossa actividade especializada, a gestão de activos e a banca privada. Essa especialização não nos coloca ao abrigo de todos os riscos ou de quaisquer erros. Mas a fidelidade às nossas competências tradicionais explica porque razão toda a atenção da nossa casa está actualmente concentrada no controlo das dificuldades extremas geradas pela actual crise. Pensamos que

a fidelidade dos nossos clientes e do nosso pessoal é alimentada pela fidelidade do nosso grupo à sua actividade exclusiva.

Finalmente, a nossa família, enriquecida com mais de dois séculos de experiência, sabe que não se pode pensar em construção e preservação de patrimónios sem se respeitar a sua perenidade. A lição principal desta crise será a necessidade de se ter em conta o tempo, esquecida nos anos mais recentes por causa da impaciência com os lucros. As taxas de juros não são mais que o preço do tempo, e elas afogaram-se na inundação de liquidez dos anos 2000, mas esse crédito gratuito significava apenas desprezo pelos prazos. Tanto para a nossa Casa como para os nossos clientes, não procuramos o entusiasmo momentâneo, preferimos amplamente os desempenhos a longo prazo.

Caso a crise mundial se agrave ainda mais, está claro que quase todos os activos, e não apenas os financeiros, serão castigados durante muito tempo. Mas se o controlo da crise progredir, se os dirigentes dos grandes países não se deixarem seduzir pela marcha mortal dos egoísmos nacionais, há a certeza de que a convalescença se apresentará fértil em oportunidades. E isso sobretudo para casas robustas que, como não cantaram todo o Verão, conservaram munições que serviram para o Inverno e sobram ainda para a Primavera.

Não vou referir as situações escandalosas em que os financeiros lucram com os danos causados por si próprios. Mas quero falar de verdadeiras oportunidades que serão sem dúvida eixos principais da nova expansão. Vêm-me ao espírito duas, que tanto a nossa família como o nosso grupo granjeavam já antes da crise.

Em primeiro lugar a ecologia. Não a que proíbe, trava, imobiliza, entristece. A que favorece o crescimento, por lhe trazer novos projectos para o tornarem sustentável. Deste ponto de vista, o actual presidente americano esboça uma inflexão decisiva para o mundo. Já era tempo! É que já não enfrentamos apenas uma opção, temos uma obrigação candente para com os nossos filhos.

Depois, as potências emergentes. Após o devaneio da dissociação, imagina-se o seu desmoronamento. A China, a Índia e a América Latina não merecem esse excesso de honras nem essa afronta. É evidente que a demografia e o aforro são os combustíveis das locomotivas do futuro. O nosso grupo já se encontra presente nesses países e deseja neles fortalecer a sua influência. Queremos que as nossas competências sejam aproveitadas pelo novo mundo e que os nossos investidores beneficiem connosco desse eldorado do futuro.

Actualmente, sei que esta violenta crise provocou graves sangrias nos patrimónios, e eu também não escapo à regra. Agradeço a todos os nossos clientes a confiança que nos reiteraram e o seu patrocínio: todos os nossos bancos acolheram numerosas novas contas em 2008. Não são apenas as dificuldades das grandes instituições que explicam esse afluxo de confiança, é sobretudo o nosso estilo de gestão. Sempre quisemos ser os melhores na preservação dos patrimónios. Muitas das técnicas desenvolvidas nas nossas casas visam o reforço da protecção nos produtos de alto desempenho.

O brasão da nossa família ilustra bem este regresso à sensatez tradicional que vai orientar os financeiros de amanhã. "*Concordia, Integritas, Industria*". *Concordia*: união, a da aldeia global, a única capaz de fazer recuar a crise, de associar as multidões emergentes à retoma, de disciplinar os riscos do clima. *Integritas*: ética, ou seja, respeito mútuo entre o trabalho e o capital, sem o qual o sistema se desfaz. *Industria*: porque o respeito dos clientes e dos colaboradores só se obtém com o do ofício, no sentido artesanal, que os abusos da alavancagem financeira levaram a pensar que se poderia relegar para segundo plano.

O nosso grupo manteve-se reservado durante os anos das oportunidades loucas. Pode abandonar essa reserva nos anos das oportunidades sérias. Em chinês, a palavra crise escreve-se com dois ideogramas, um que designa perigo e o outro que indica oportunidade que, em 2009, ano do búfalo, só pode ser razoável



Barão Benjamin de Rothschild
Presidente

ÓRGÃOS SOCIAIS

BANQUE PRIVÉE EDMOND DE ROTHSCHILD EUROPE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Barão Benjamin de Rothschild

Administradores

John Alexander
Luc Baatard
Didier Bottge
José-Luis de Vasconcelos e Sousa
Laurent Dassault
Guy Grymberg ¹
Claude Messulam
Frédéric Otto
Yves Repiquet ²
E. Trevor Salathé
Daniel Yves Trèves

COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Claude Messulam

Membros

John Alexander
Luc Baatard
Didier Bottge
José-Luis de Vasconcelos e Sousa
Guy Grymberg ¹
Frédéric Otto
E. Trevor Salathé

AUDITOR INTERNO

Sub-director Principal

Stéphanie Van Tieghem

AUDITORES INDEPENDENTES

PricewaterhouseCoopers S.à.r.l.

¹ Até de 26 Junho de 2008

² Depois de 14 Abril de 2009

COMITÉ EXECUTIVO ¹

Presidente
Director Geral
Frédéric Otto

Vice-Presidente
Director Geral Adjunto
Pierre-Marie Valenne

Vice-Presidente
Director Central
Jean-François Lafond

Vice-Presidentes
Directores
Marc Ambroisien
Geoffroy Linard
Rudy Paulet
Franck Sarrazin

COMITÉ DE DIRECÇÃO PRIVATE BANKING E GESTÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS

Presidente
Frédéric Otto

Vice-Presidentes
Pierre-Marie Valenne
Jean-François Lafond
Marc Ambroisien
Rudy Paulet

Directores
Didier Bensadoun
Patrick Brebion
Thierry de Baynast
Raphael Delplanque
Raymond Glodé
Marc Grabowski
Franck Payrar
Jean-Marc Robinet
Jean-Charles Schiltz
Guy Verhoustraeten

COMITÉ DE DIRECÇÃO OIC

Presidente
Pierre-Marie Valenne

Vice-Presidentes
Jean-François Lafond
Geoffroy Linard
Franck Sarrazin

Directores
Philippe Anstett
Guy Verhoustraeten

¹ Directores acreditados junto da Comissão de Supervisão do Sector Financeiro (CSSF)

COMITÉ DE DIRECÇÃO FAMILY OFFICE E DESENVOLVIMENTO COMERCIAL

Presidente

Frédéric Otto

Vice-Presidente

Pierre-Marie Valenne

Directores

Marc Ambroisien
Rudy Paulet
Franck Sarrazin
Didier Bensadoun
Thierry de Baynast
Edward de Burlet
Raphaël Delplanque
Raymond Glodé
Karl Guénard
Elise Lethuillier
Alain Mestat
Franck Payrar
Philippe Postal
Jean-Marc Robinet
Jean-Charles Schiltz
Guy Verhoustraeten

SECRETÁRIO GERAL

Luc Grégoire

OUTROS DIRECTORES, DIRECTORES ADJUNTOS, SUB-DIRECTORES PRINCIPAIS E SUBDIRECTORES
Directores

Philippe Contadin
 Denis de Montigny
 Pascal Delle
 Claudio Fernandes
 Dimitri Guillaume
 Reinald Loutsch
 Jean-Luc Parmentier
 Virgilio Ranalli
 Bernard Schul
 Jean-Marc Thomas
 Didrik van Zuylen

Directores Adjuntos

Michele Amari
 Marie-Laure Bernard
 Paul Boeger
 Christian Burckel
 Michel Catulle
 Yves Chezeaud
 Emile Cremmer
 David Diwan
 Pascal Gilles
 Geoffroy Glenisson
 Philippe Godard
 Eliseo Graziani
 Jean Heckmus
 Catherine Menzies
 Bernard Mertens
 Francis Nilles
 Giulia Olivieri
 Claude Pech
 Rudi Peeters
 Catherine Roux-Sevelle
 Carlo Thewes
 Matthieu Tinti
 Eric Van der Straten
 Philippe Visconti
 Philippe Wapler
 Marc Zurcher

Sub-directores Principais

Jean-François Colson
 Jean-Louis Di Giovanni
 Dominique Dubois
 Eric Feyereisen
 Laurent Haag
 Philippe Maclot
 Jean-Christophe Morizot
 Philippe Pirenne
 Nathalie Plompen
 Filip Van Aerde

Sub-directores

Corinne Aourousseau
 Pascale Bartz
 Nicolas Bayet
 Christophe Bedeau
 Magali Berton
 Isabelle Boez
 Mark Bosquet
 Olivier Boulestreau
 Sidney Bouvier
 André Bovy
 Serge Bruck
 Mara Claus
 Giuseppe Croce
 Arnaud de Smedt
 Guy de Spirlet
 Arnaud Decrulle
 Jérôme Demimuid
 Sébastien Dodo
 Jean-Marc Dru
 Renaud Durand
 Frédéric Fauveaux
 Pascal Forêt
 Eric Guerrier
 Muriel Hombroise
 Emmanuel Kirch
 Christoph Lanz
 Martial Lavall
 Thierry Lenormand
 Amílcar Magalhães Ribeiro
 Josette Marting
 Marie-Thérèse Mosson-Weber
 Sandrine Mury
 Evelyne Pommeret
 Alain Ravaux
 Pierre Ruhl
 Ilan Schweizer
 Malika Sekkil
 Nuria Tejada-Gallardo
 Vincent Thiry
 Claude Verdin
 François Vial
 Claude Wickler

SUCURSAIS NO ESTRANGEIRO

Coordenação das sucursais

Presidente do Comité de Coordenação

José-Luis de Vasconcelos e Sousa

Director

Miguel C. de Lemos

Bélgica / Bruxelas

Director Geral

Marc Moles le Bailly¹

Directores

Eric Dumoulin¹
Thierry Genouville
Marc Lallemand¹
Alain Querton

Sub-directores

Jean-Pierre Heymans
Pierre-Alexis Hocke
Cédric Querton

Director Geral Adjunto

Marie-Claire Keyzer¹

Espanha / Madrid

Director Geral

Ignacio Bernar Elorza¹

Directores

Pablo Torralba
Juan Verdaguer

Director Adjunto

David Hayón

Sub-director Principal

Alberto Cejudo Podio

Directores Gerais Adjuntos

Antonio Salgado
Francisco Sánchez

Sub-directores

Pedro Adán
Bruno da Cunha
David Monreal

¹ Directores aprovados junto das autoridades de supervisão

Itália / Milão**Director Geral**Roberto Colapinto¹**Subdirectores**

Barbara Colombo

Elena Giordano

Giorgio Solcia

Portugal / Lisboa**Director Geral**José-Luis de
Vasconcelos e Sousa¹**Director Geral Adjunto**Bruno de Carvalho¹**Directores**

Gonçalo de Bragança

Raul Jorge Godinho

Vitor Henriques Pereira

João Antunes

Directores Adjuntos

Luis d'Orey

Gonçalo Correa

Rui Nunes dos Santos

André Reid

Sub-directores

Marta Aranha Alves

Paula Alexandra Coimbra

Frederico Pratas

Cristina Venancio

¹ Directores aprovados junto das autoridades de supervisão

AGÊNCIAS DE REPRESENTAÇÃO

Israel / Telavive

Representante permanente

Ariel Seidman

Polónia / Varsóvia

Representante permanente

Carlo Thewes

Eslováquia / Bratislava

Representantes permanentes

Marc Ambroisien

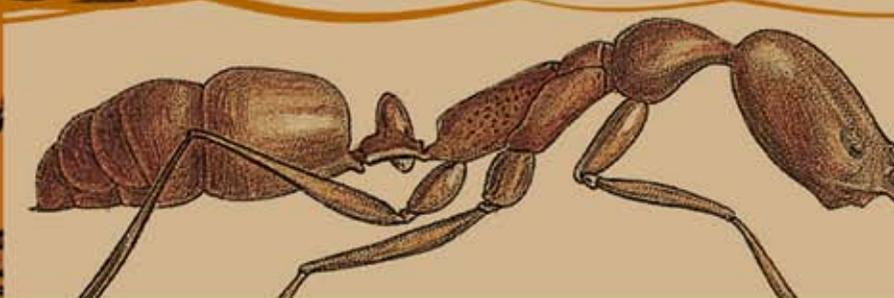
Svetlana Dankovicova



os Rothschild
e África



Hymenoptera - Anthidium Rothschildi



Hymenoptera - Anochetus Rothschildi

No dealbar do século XX, havia extensas regiões da África oriental que constituíam verdadeira *terra incognita*. Entre os poucos exploradores que nelas se resolveram aventurar, encontrava-se o barão Maurice de Rothschild, avô de Benjamin de Rothschild, que realizou com audácia várias expedições arriscadas a zonas quase totalmente inexploradas.

Desses périplos científicos trouxe numerosos estudos e espécimes novos de pássaros, répteis, peixes e mamíferos, alguns dos quais totalmente desconhecidos até então. Preciosamente conservados no Museu de História Natural de Paris, esses trabalhos permitiram investigações científicas inéditas, contribuindo para o desenvolvimento do saber.

Essa paixão pela África, que foi transmitida de geração em geração, continua a animar as causas do barão e da baronesa Benjamin de Rothschild. Na África do Sul, prosseguem o desenvolvimento da "Rupert & Rothschild Vignerons", criada há mais de dez anos em associação com a família Rupert, na mesma altura em que se iniciou a sua estreita colaboração com a Fundação Peace Parks.



Besouros - Omophron Rothschildi

Actualmente, Benjamin de Rothschild participa pessoalmente em Moçambique no desenvolvimento da reserva do Niassa, último refúgio de importantes populações de búfalos, antílopes e elefantes, com o objectivo de lutar contra a caça furtiva e de construir infra-estruturas para promover o ecoturismo.

Esse interesse por África traduz-se igualmente nas actividades financeiras do Grupo LCF Rothschild, que participa com várias organizações internacionais e investidores locais em numerosos empreendimentos de grande envergadura, em áreas que vão do financiamento de obras públicas à conservação das florestas tropicais.

RELATÓRIO DE GESTÃO

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA-GERAL DE ACCIONISTAS

Ambiente económico e dos mercados financeiros em 2008

As perturbações surgidas nos mercados financeiros americanos em 2007 agravaram-se em 2008 para desembocarem numa crise financeira mundial sem precedentes. Nenhum país escapou às consequências desta crise, que terminou por se transformar numa grave crise económica internacional.

Efectivamente, os índices de confiança dos empresários e dos consumidores caíram para níveis inéditos. A procura dos créditos imobiliário, ao consumo e ao investimento diminuiu e as condições de concessão de empréstimos pelos bancos endureceram bruscamente.

Embora os Estados Unidos e o Japão tivessem entrado em recessão já no final de 2007, o resto dos países desenvolvidos seguiu o mesmo caminho no ano de 2008. Em vésperas do seu décimo aniversário, a zona euro caiu pelo seu lado em recessão pela primeira vez desde a sua criação. Na esteira destas perturbações, os países emergentes sofreram igualmente uma forte desaceleração. Assim, a Rússia foi duramente afectada pelos efeitos conjugados do contágio da crise financeira e da derrocada dos preços do petróleo. O crescimento caiu na Ásia, e a China, terceira economia mundial, enfrentou um abrandamento significativo em consequência da quebra das suas exportações. Nestas circunstâncias, a produção industrial e o comércio internacional sofreram uma quebra generalizada.

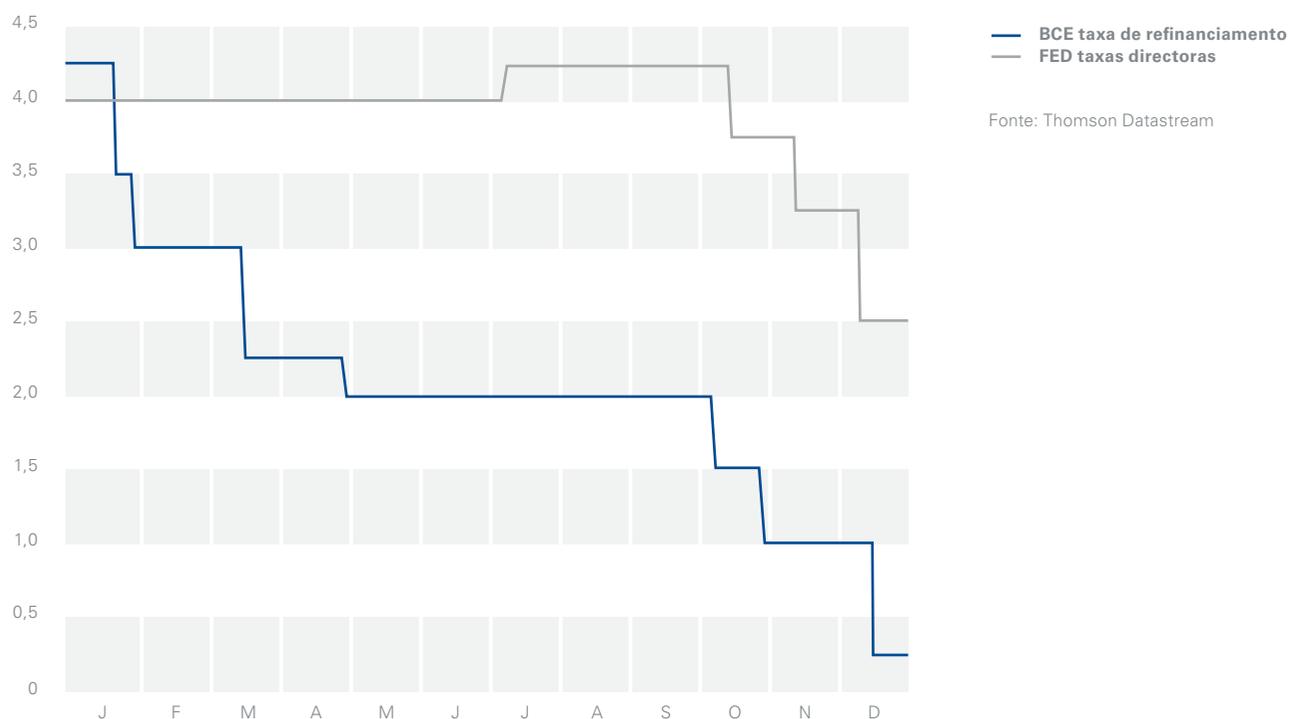
Por outro lado, a economia mundial sofreu uma inédita e repentina subida especulativa do preço do petróleo, que chegou a atingir um pico de 147 dólares por barril em Julho. Mas, sob o efeito crescente da recessão, essa tendência veio bruscamente a inverter-se poucas semanas depois e o preço do petróleo caiu 55%, para terminar o ano abaixo dos 45 dólares.

Essa explosão dos preços da energia provocou o recrudescimento das pressões inflacionistas à escala mundial durante a primeira metade do ano, reduzindo simultaneamente o poder de compra dos consumidores que já estava enfraquecido pela recessão. Pelo contrário, a quebra espectacular dos preços da energia que se seguiu foi um golpe de fortuna e permitiu às taxas de inflação a rápida inflexão para os seus níveis reduzidos do início do ano. Esta quebra geral dos preços suscitou progressivamente receios deflacionistas no decurso da segunda metade do ano.

Face à complexidade da situação, os bancos centrais anglo-saxónicos foram os primeiros a reagir através da redução das suas taxas directoras, imitados durante o Verão pelo Banco Central Europeu. Este tinha aumentado os juros ainda no final de Junho, receando que os riscos

de inflação fossem mais importantes que os de abrandamento económico. Em Dezembro de 2008, a Reserva Federal norte-americana reduziu pela primeira vez na sua história a taxa directora para um nível próximo de zero por cento.

Taxas directoras nos Estados Unidos e na Europa em 2008



O ano de 2008 ficou sobretudo marcado por uma crise financeira de dimensões históricas e cujas origens remontam à crise do crédito “sub-prime” nos Estados Unidos e às consequentes crises de liquidez e de solvabilidade.

Iniciada em 2006, a queda dos preços do imobiliário nos Estados Unidos continuou e foi acompanhada por um endurecimento das condições de crédito dos bancos comerciais. Essa situação implicou o aumento dos incumprimentos por parte dos mutuários e teve impacto negativo na rentabilidade de um grande número de instituições financeiras. O sentimento de desconfiança começou então progressivamente a instalar-se entre os estabelecimentos de crédito, pelo que as taxas interbancárias atingiram níveis sem precedentes. As fortes apreensões quanto ao risco da contraparte terminaram por levar à paralisação dos mercados de créditos.

Em meados de Setembro de 2008 o sistema financeiro internacional abeirava-se da crise sistémica. Face a esse risco, os responsáveis políticos tiveram de demonstrar a sua capacidade de reacção e a sua criatividade, uma vez que as ferramentas normalmente utilizadas já tinham sido colocadas rudemente à prova e demonstrado as suas limitações em contrariar o colapso dos mercados.

As autoridades governamentais e os bancos centrais de todo o mundo foram obrigados a tomar medidas excepcionais. Foi então que se decidiram as injeções maciças de liquidez, as diminuições coordenadas de

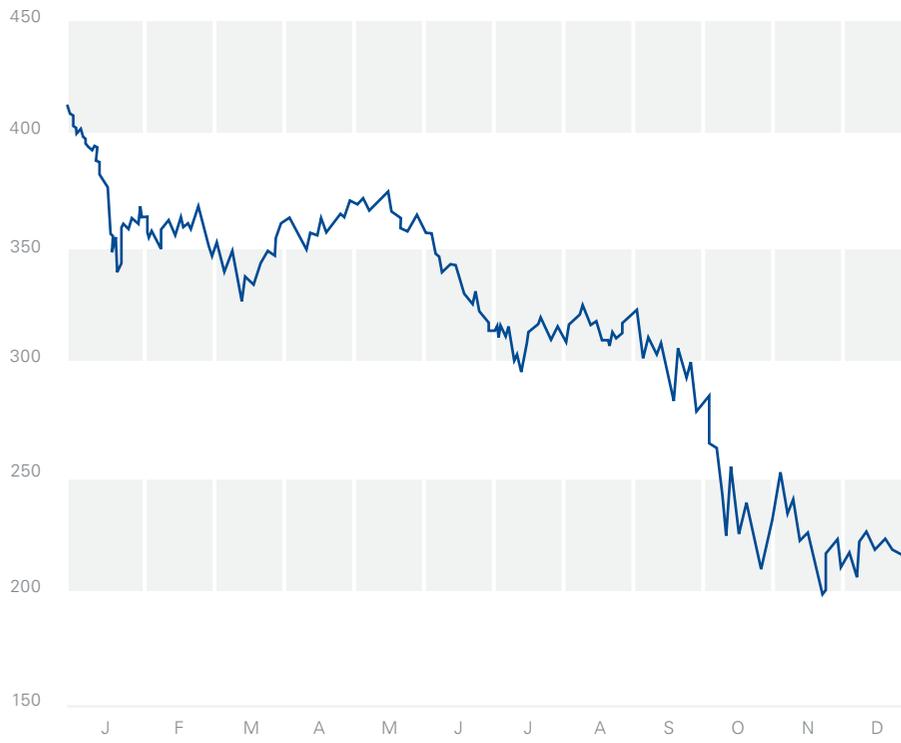
taxas de juros, as garantias aos depósitos, as tomadas de participações nos bancos e os programas de resgate de activos financeiros ilíquidos (ou “tóxicos”) para se evitar a crise sistémica. O governo americano teve de se empenhar para salvar o banco Bear Stearns e as duas maiores seguradoras de crédito, Fannie Mae e Freddie Mac. Apesar desses esforços, não foi possível evitar o desmoronamento de grandes instituições financeiras na Europa e nos Estados Unidos, e em meados de Setembro foi decretada a falência do quarto maior banco americano de investimento, o Lehman Brothers.

Paralelamente à acção dos bancos centrais, os governos lançaram planos de salvamento no valor de muitas centenas de milhares de milhões de dólares, para estimularem a actividade económica e combaterem a recessão. Os investimentos em infra-estruturas e a defesa dos postos de trabalho constituíram os principais objectivos desses programas de relançamento. No entanto, os que foram implementados na Europa caracterizam-se pela timidez e pela falta de coordenação.

Sem constituir surpresa, estas turbulências afectaram profundamente a confiança dos investidores, que abandonaram em massa os investimentos de risco e com falta de liquidez ou transparência.

Consequentemente, o ano de 2008 constituiu um ano negro para todas as praças bolsistas. O sector financeiro e o do automóvel foram particularmente afectados, com quebras de mais de 80% em alguns dos seus títulos.

DJ Euro Stoxx

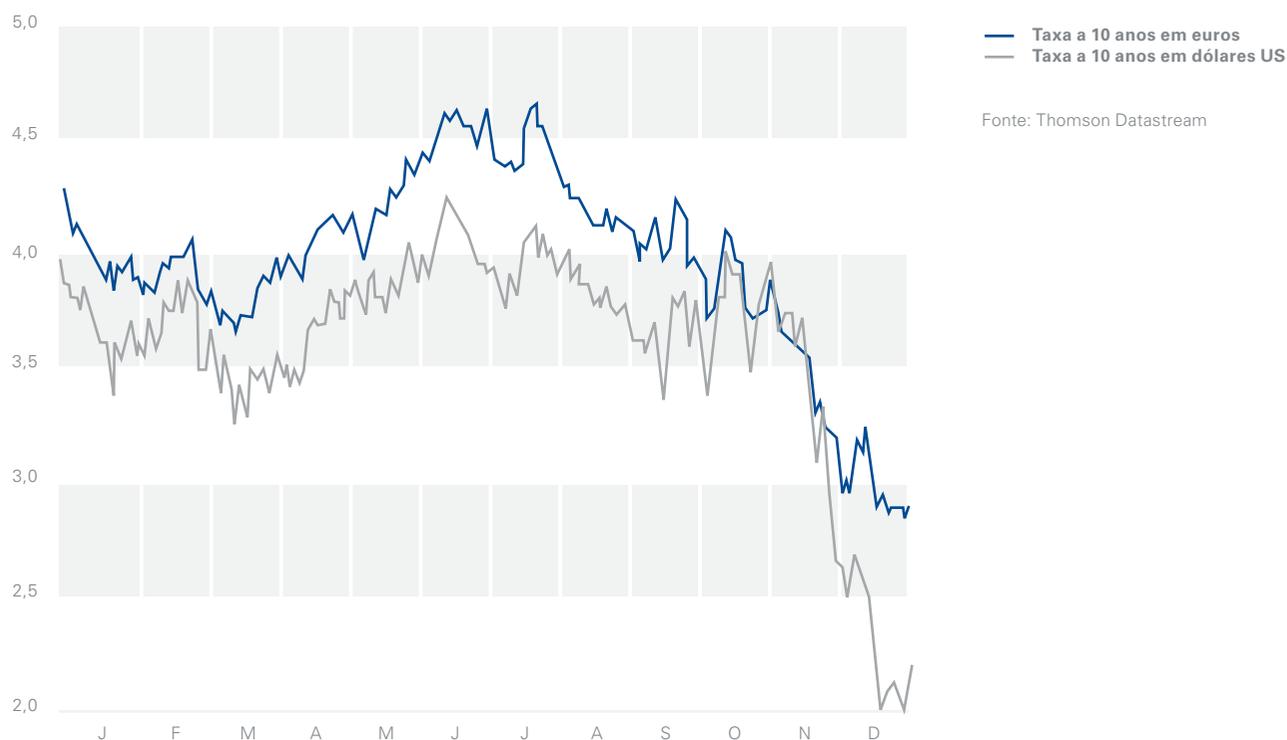


Fonte: Thomson Datastream

Os outros activos de risco, como as obrigações de alto rendimento, os instrumentos de dívida de mercados emergentes ou os empréstimos emitidos por empresas privadas europeias sofreram igualmente fortes contra-desempenhos. Para mais, a recessão também não poupou os empréstimos de estados soberanos com finanças públicas menos sólidas, o que conduziu em alguns casos à diminuição do rating de crédito da dívida pública. Assim, as taxas do mercado obrigacionista de um grande número de países europeus aumentaram relativamente às alemãs, que são consideradas a referência em termos de segurança e de liquidez.

Em contrapartida, houve um afluxo maciço de capitais aos activos defensivos e de baixo risco, que beneficiaram seu papel de refúgio em tempos de crise. A aversão crescente dos investidores ao risco teve como resultado a quebra da taxa de rendibilidade dos U.S. Treasuries a 10 anos, de 4,0% no início do ano para 2,2% no final de Dezembro de 2008.

Taxa de juros a 10 anos em euros e em dólares US

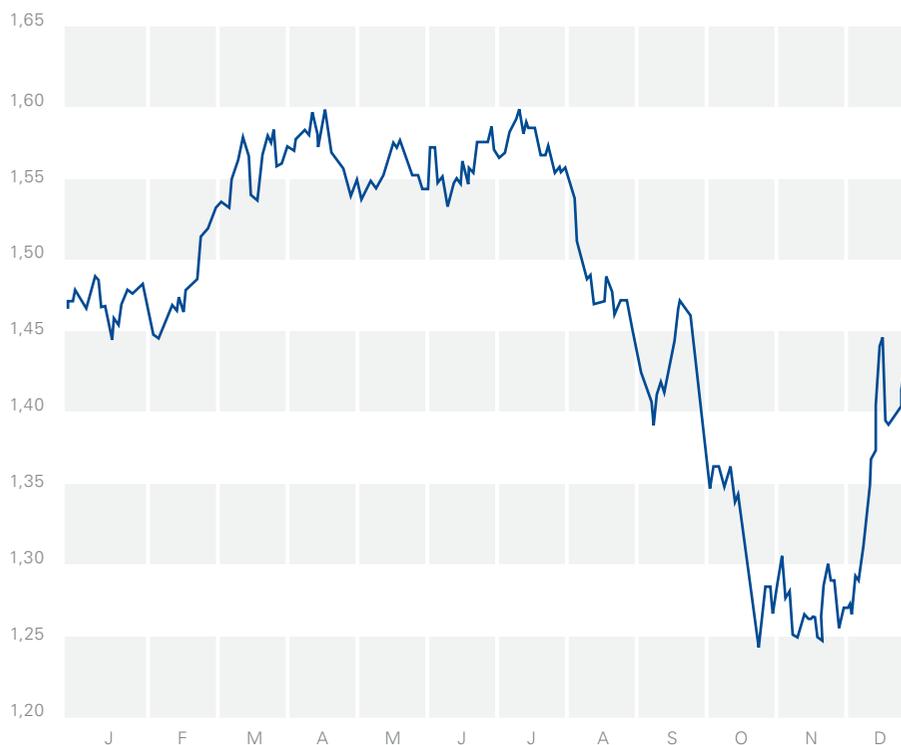


No entanto, foi o ouro, valor-refúgio por excelência, que mais beneficiou com a turbulência dos mercados. O seu preço passou de 700 dólares por onça em Outubro para mais de 860 dólares no final do ano.

Quanto ao mercado de divisas, mostrou-se extremamente volátil sob a influência da aversão dos investidores ao risco elevado e da quebra do diferencial das taxas de juros dos bancos centrais. O dólar americano flutuou fortemente, passando de 1,47 contra o euro no início do ano para 1,23 em Outubro, devido à aquisição maciça

de bilhetes do tesouro americano e a uma vaga de repatriamento de capitais ligada com a crise financeira. Na Ásia, o iene japonês registou uma progressão nítida face ao euro e ao dólar americano. Contra este, a divisa japonesa veio mesmo a atingir um pico inédito nos últimos 13 anos.

Euro / dólar US



Fonte: Thomson Datastream

A nossa evolução

Num contexto económico e financeiro delicado e volátil, a nossa relação com os clientes baseia-se mais que nunca na confiança, na proximidade, no diálogo e no serviço global. Esses valores continuam a merecer, à medida que o tempo corre, a adesão dos nossos clientes, e serviram predominantemente de base à acção das nossas equipas em 2008.

A nossa evolução prosseguiu no conjunto das nossas especialidades de base: a banca privada, a gestão de fortunas e a administração de fundos (OICVM), podendo ser conjuntamente associadas numa relação de family office. A manutenção dos nossos níveis de actividade neste contexto económico perturbado continua a ser excelente, com as nossas equipas especializadas em Asset Management, em Engenharia Patrimonial e Financeira e ainda em seguros de vida a concertarem esforços para proporem soluções originais, respondendo aos objectivos dos nossos clientes e controlando o melhor possível os riscos inerentes ao actual panorama de crise.

As actividades dos nossos estabelecimentos da Bélgica, Espanha, Portugal, Itália, Eslováquia e Polónia continuam a evoluir de acordo com as nossas expectativas.

Neste ambiente económico difícil, as nossas equipas mantêm uma atenção especial para manter o Banco e os seus clientes ao abrigo dos riscos resultantes da crise económica e financeira.

A manutenção da nossa custódia e do volume de activos geridos por conta dos nossos clientes (privados e institucionais), bem como os nossos resultados, comprovam a qualidade dos nossos serviços. Estes assentam numa organização eficaz, aperfeiçoada constantemente através de investimentos em meios humanos e informáticos que se mantêm a níveis significativos.

Foi neste contexto que as nossas actividades nos permitiram atingir um resultado líquido de EUR 32.134.483, em quebra de 8% em relação ao exercício anterior.

Comentários sobre as contas anuais

A análise das nossas contas anuais de 2008 e dos seus valores fundamentais fornece um esclarecimento mais detalhado sobre o equilíbrio da situação financeira do nosso Banco.

Balanço financeiro

A 31 de Dezembro de 2008, o total do balanço ascendia a EUR 5.057.116.553, contra EUR 4.424.836.603 em 31 de Dezembro de 2007, equivalendo a uma progressão de mais de 14%.

No activo, a rubrica Caixa, activos junto de bancos centrais e serviços de cheques postais teve um progresso sensível para EUR 1.877.065.511, enquanto os créditos sobre bancos se elevaram a EUR 2.432.409.726, sofrendo uma redução de 31%. Os créditos sobre os clientes, por sua vez, fixaram-se nos EUR 628.117.224, com um recuo de 16%.

No passivo, os depósitos e contas correntes de clientes registaram um aumento de 38% para se estabelecerem em EUR 4.272.151.996, equivalendo a 84% do total do balanço. Os compromissos perante bancos representaram um montante de EUR 526.704.290, em baixa 52% relativamente ao ano anterior.

Resultados

Receitas

As receitas tiveram uma progressão de 4% em relação ao exercício social de 2007, sendo o essencial desse crescimento proveniente do aumento de rendimentos originados tanto pelos juros líquidos e produtos assimiláveis como pelas participações nas empresas associadas.

Despesas

As despesas administrativas gerais progrediram 9%, principalmente graças ao crescimento das actividades e ao aumento do pessoal, sobretudo nas sucursais.

As despesas com o pessoal, que aumentaram 6%, e atingiram EUR 86.109.058, equivalendo a 67% do total das despesas administrativas gerais. As outras despesas administrativas cifram-se em EUR 41.398.838, com uma progressão de 17%.

Resultado líquido

O resultado líquido do exercício ascende, após impostos e provisões, a EUR 32.134.483. Este resultado integra investimentos importantes a longo prazo, como o reforço das nossas equipas e dos nossos meios de produção. A rentabilidade sobre os fundos próprios eleva-se a 26%

Números fundamentais

	2008	2007	2008 / 2007
	EUR	EUR	%
Balço financeiro (em milhões de euros)			
Fundos próprios após repartição (não incluindo fundo para riscos bancários gerais e rubricas especiais com participação nas reservas)	137	123	11%
Total do Balço antes de repartição	5.057	4.425	14%
Conta de lucros e perdas (em milhões de euros)			
Resultado de operações de juros	33	27	22%
Resultado de operações de comissão e prestações de serviços	114	119	-4%
Resultado proveniente de operações financeiras	16	15	7%
Resultado de valores mobiliários	13	9	44%
Outras receitas de exploração	9	4	125%
Despesas operacionais (despesas de pessoal, outras despesas gerais e outros encargos de administração)	132	120	9%
Lucro do exercício (após impostos, provisões e amortizações)	32	35	-8%
Efectivo no final do ano (incluindo sucursais)	766	680	
Rentabilidade			
Rendibilidade dos fundos próprios (em %) lucro após impostos (não incluindo provisão fixa e provisões excepcionais) /média de fundos próprios após repartição	26%	33%	

Objectivos e estratégias em matéria de gestão de riscos

A gestão de riscos do Banco inscreve-se rigorosamente no âmbito das políticas de risco definidas ao nível do grupo pela sua empresa-mãe. De acordo com essas políticas, o Banco assegura a gestão dos riscos através de um quadro abrangente de princípios, estrutura organizacional, limites e processos estreitamente ligados às suas actividades e à natureza dos riscos.

É apresentada na nota 3 do Anexo às contas anuais uma informação mais detalhada sobre os objectivos e estratégias em matéria de gestão de riscos com que o Banco se defronta.

Acontecimentos posteriores ao encerramento do exercício

Após o encerramento do exercício de 2008, não ocorreu qualquer acontecimento susceptível de influenciar a rentabilidade do Banco ou de aumentar a sua exposição a riscos.

Perspectivas

Enfrentamos os desafios do futuro com confiança, mas também com prudência, tendo em conta a elevada volatilidade dos mercados financeiros e a dimensão da crise económica e financeira.

Aprovação das contas anuais e proposta de repartição do saldo disponível

Apresentamos para aprovação as contas do exercício de 2008, bem como a nossa proposta de afectação do saldo disponível, de acordo com o relatório do nosso revisor oficial de contas.

	EUR
O lucro líquido do exercício de 2008 ascende a	32.134.483
Ao qual se junta o saldo do transporte do exercício anterior	14.050.386
equivalendo a um saldo disponível de	46.184.869
que propomos atribuir da seguinte forma:	
Reserva específica bloqueada por um período de cinco anos e representando cinco vezes o Imposto sobre Fortuna	5.153.725
Reservas Disponíveis	10.000.000
Distribuição de dividendos de EUR 1.071 por acção	16.066.071
Resultados transitados	14.965.073
Total	46.184.869

Nomeações estatutárias

O mandato dos administradores termina após a Assembleia-geral de 14 de Abril de 2009. De acordo com as disposições estatutárias, propõe-se a renovação dos seus mandatos por novo prazo de um ano.

Por outro lado, propõe-se a nomeação do Senhor Yves Repiquet para o cargo de administrador pelo prazo de um ano.

Direcção e pessoal

Pretende-se felicitar a Direcção e a totalidade dos colaboradores do Banco, tanto no Luxemburgo como no estrangeiro, pelos excelentes resultados obtidos, e agradecer aos nossos clientes fiéis a confiança que nos continuam a demonstrar ao longo dos anos.

Luxemburgo, 26 de Março de 2009

O Conselho de Administração



educação



A Fundação Peace Parks está convicta de que a educação, o empenho e a participação das comunidades permitem o acompanhamento criterioso da interdependência entre o ambiente natural e o ser humano. Nesse sentido, apoia o desenvolvimento económico local através da promoção do ecoturismo, que é um vector de crescimento sem precedentes à escala mundial.

O Southern African Wildlife College e o South African College for Tourism, geridos pela Peace Park, são reconhecidos como excelentes estabelecimentos de formação de "rangers" (guardas florestais) e de profissionais da indústria hoteleira. Estes levam as suas competências e transmitem a sua experiência aos habitantes das regiões limítrofes dos Peace Parks. Verdadeiros viveiros de aptidões e de diversidade, estes centros de formação profissional permitem a geração de novas actividades sustentáveis, nomeadamente através da criação de centros turísticos e de "lodges" (estabelecimentos hoteleiros inseridos no ambiente local).

A associação das tradições locais com a formação em gestão moderna contribui para assegurar a estabilidade das comunidades rurais, e, através dela, do futuro dos tesouros naturais que o continente africano encerra.



A educação constitui a pedra angular das actividades das Fundações Edmond e Benjamin de Rothschild, que mantiveram em 2008 as suas contribuições para numerosas escolas e universidades a nível mundial (Columbia em Nova Iorque, Cambridge em Inglaterra, Boule em Paris, Universidade Hebraica de Jerusalém, etc.).

Esse apoio abrange simultaneamente o ensino tradicional de tipo académico e as práticas inovadoras de desenvolvimento e criação de empresas.

BALANÇO FINANCEIRO

A 31 DE DEZEMBRO DE 2008

Activo (expresso em euros)	Nota(s)	2008	2007
		EUR	EUR
Caixa, activos junto de bancos centrais e serviços de cheques postais	5	1.877.065.511	71.050.639
Créditos sobre instituições de crédito	6.2		
à vista		152.882.200	209.619.216
outros créditos		2.279.527.526	3.291.552.838
		2.432.409.726	3.501.172.054
Créditos sobre clientes	6.2	628.117.224	745.938.346
Obrigações e outros valores mobiliários de rendimento fixo	7.1.1, 7.2, 7.3, 8		
de emitentes públicos		5.396.816	8.205.825
de outros emitentes		5.004.617	1.924.363
		10.401.433	10.130.188
Acções e outros valores mobiliários de rendimento variável	7.1.1, 7.1.2	6.820.560	4.724.217
Participações	6.1, 7.1.2, 8	5.309.901	5.329.440
Participações em empresas associadas	6.1, 7.1.2, 8	6.867.430	6.605.765
Activos incorpóreos	8	-	19.817
Activos corpóreos	8	39.359.890	36.370.698
Outros activos	10	4.977.397	7.583.030
Contas de regularização		45.787.481	35.912.409
Activo total	9	5.057.116.553	4.424.836.603

Passivo (expresso em euros)	Nota(s)	2008	2007
		EUR	EUR
Débitos face a instituições de crédito	6.2		
à vista		138.754.308	301.572.755
a prazo ou com pré-aviso		387.949.982	788.439.560
		526.704.290	1.090.012.315
Débitos face a clientes	6.2		
outros débitos			
à vista		3.209.304.705	1.918.015.641
a prazo ou com pré-aviso		1.062.847.291	1.175.707.555
		4.272.151.996	3.093.723.196
Outros passivos:	11	8.990.477	7.206.379
Contas de regularização		19.679.002	20.152.478
Provisões			
provisões para impostos		1.862.128	2.003.351
outras provisões	12, 21	63.004.652	63.533.058
		64.866.780	65.536.409
Rubricas especiais com implicação de reservas	13	1.277.321	1.277.321
Fundo para riscos bancários gerais	2.9	10.391.202	6.491.202
Capital subscrito	14, 17	31.500.000	31.500.000
Reservas	15, 16, 17	75.370.616	63.931.750
Resultados transitados	17	14.050.386	10.000.000
Resultado do exercício	17	32.134.483	35.005.553
Passivo total	9	5.057.116.553	4.424.836.603

EXTRAPATRIMONIAL

A 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(expresso em euros)	Nota(s)	2008	2007
		EUR	EUR
Passivos contingentes	18	143.546.727	105.141.418
<i>incluindo: cauções e activos dados em garantia</i>		<i>143.546.727</i>	<i>105.141.418</i>
Compromissos de garantia	19	354.669.405	364.444.884
Operações fiduciárias		2.248.872.322	1.505.130.705

CONTA DE LUCROS E PERDAS

PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(expresso em euros)	Nota(s)	2008	2007
		EUR	EUR
Juros e lucros assimiláveis		164.229.755	160.541.922
<i>incluindo: sobre valores mobiliários de rendimento fixo</i>		348.627	522.887
Juros e despesas assimiláveis		(131.353.082)	(133.555.428)
Rendimentos de valores mobiliários			
rendimentos de participações		1.990.568	1.420.961
rendimentos de participações em empresas associadas		11.470.152	7.344.653
Comissões recebidas		129.700.650	140.631.328
Comissões pagas		(15.269.659)	(21.525.946)
Resultado proveniente de operações financeiras		15.930.195	15.158.528
Outros resultados operacionais	23	9.098.661	4.478.020
Despesas administrativas gerais		(127.507.896)	(116.527.806)
despesas com o pessoal		(86.109.058)	(81.251.896)
<i>incluindo: salários e honorários</i>		(72.523.056)	(68.950.435)
<i>encargos sociais</i>		(10.510.383)	(9.755.804)
<i>incluindo: inerentes às pensões</i>		(8.986.345)	(8.332.874)
Outras despesas administrativas		(41.398.838)	(35.275.910)
Correcções de valor em activos incorpóreos e corpóreos		(8.156.181)	(6.701.732)
Outros encargos de exploração	24	(4.017.256)	(3.647.192)
Correcções de valor em créditos e provisões para passivos contingentes e compromissos		(6.085.866)	(3.155.494)
Rectificações de correcções de valor em créditos e provisões para passivos contingentes e compromissos		127.265	105.281

O presente anexo faz parte integrante das contas anuais.

(expresso em euros)	Nota(s)	2008	2007
		EUR	EUR
Dotações do fundo para riscos bancários gerais	2.9	(3.900.000)	-
Impostos sobre o resultado provenientes de actividades ordinárias		(4.054.419)	(9.512.973)
Resultado proveniente de actividades ordinárias após impostos		32.202.887	35.054.122
Outros impostos não reportados nas rubricas acima		(68.404)	(48.569)
Resultado do exercício		32.134.483	35.005.553



desenvolvimento sustentável



A visão, há 10 anos, de uma manada de elefantes que migrava de novo em liberdade através das planícies africanas, não tardou em gerar o vasto projecto de conservação e de desenvolvimento que é actualmente incarnado pela Fundação Peace Parks.

É principalmente a riqueza em recursos naturais que oferece potencial económico às pessoas que vivem no interior ou na periferia dos Peace Parks. Em vez da agricultura de subsistência, da caça e da pesca descontroladas ou de uma silvicultura selvagem, os Peace Parks visam melhorar a utilização dos solos através da promoção de um conjunto de alternativas eficazes e que respeitem a conservação e o desenvolvimento. Nomeadamente o turismo, constitui factor fundamental para o sucesso, através da associação das populações locais à gestão dos projectos hoteleiros e à exploração das reservas cinegéticas.

Através da combinação das últimas descobertas na modelização científica com a análise concreta no terreno, os Peace Parks estão-se a tornar num exemplo de sucesso de um desenvolvimento económico colectivo em que a moderna tecnologia se combina com o saber-fazer tradicional das comunidades.

O assegurar da protecção ambiental e o apoio ao florescimento dos ecossistemas promove uma oportunidade indispensável de convivência do homem com a natureza, que constitui a única solução para a sobrevivência de ambos.



Activamente empenhado em relação ao desenvolvimento sustentável, o Grupo LCF Rothschild ampliou as suas actividades nesse domínio em 2008, desenvolvendo nomeadamente soluções específicas para projectos como a avaliação e a gestão dos riscos do carbono, a implementação de novos instrumentos para a exploração responsável dos recursos naturais, ou o financiamento de novas tecnologias não poluentes.

ANEXO ÀS CONTAS ANUAIS

A 31 DE DEZEMBRO DE 2008

Nota 1 - Generalidades

A instituição foi criada por acto notarial de 19 de Fevereiro de 1982 sob a denominação de Compagnie Privée de Finance S.A.. Tinha então estatuto de estabelecimento financeiro não bancário.

Em Assembleia-geral extraordinária a 24 de Outubro de 1988, os accionistas tomaram a decisão de modificar o objecto social com o objectivo de o adequar a uma instituição de crédito, modificando também a denominação da pessoa colectiva para “Banque Edmond de Rothschild Luxembourg”.

Desde essa data que a instituição se encontra homologada junto do Ministério do Tesouro para a exercício da actividade de instituição de crédito no Grão-ducado do Luxemburgo.

A 20 de Junho de 1989, a razão social passou a ser Banque de Gestion Edmond de Rothschild Luxembourg.

A Assembleia-geral extraordinária de 31 de Maio de 1999 aprovou a contribuição de capital em espécie consistindo na totalidade da situação de activo e passivo do Banque Privée Edmond de Rothschild S.A., sucursal do Luxemburgo, no Banque de Gestion Edmond de Rothschild Luxembourg. A fusão realizou-se com base na situação patrimonial da sucursal a 1 de Janeiro de 1999.

Há actualmente quatro sucursais estabelecidas no estrangeiro, em Espanha, em Portugal, na Bélgica e na Itália, que foram criadas, respectivamente, a 6 de Outubro de 2000, 18 de Outubro de 2000, 12 de Fevereiro de 2003 e 1 de Março de 2007. Entretanto, foram abertos três gabinetes de representação, em Varsóvia, Telavive e Bratislava.

A Assembleia-geral extraordinária de 24 de Março de 2003 decidiu alterar a designação para Banque Privée Edmond de Rothschild Europe, a seguir referida neste documento por “Banco”.

Nota 2 - Principais métodos contabilísticos

2.1 Base de apresentação

As contas anuais foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites no sector bancário do Grão-ducado do Luxemburgo. As políticas contabilísticas e os princípios de avaliação são determinados, para além das normas impostas pela Lei e pela Commission de Surveillance du Secteur Financier (autoridade de supervisão luxemburguesa), determinados e implementados pelo Conselho de Administração.

O Banco encontra-se, de acordo com critérios estabelecidos pela legislação luxemburguesa, isento da obrigação de apuramento de contas consolidadas e de relatório de gestão consolidado para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2008. Por conseguinte, e ao abrigo da lei de 17 de Junho de 1992, estas contas foram apresentadas em base não consolidada para apresentação pelos accionistas aquando da assembleia-geral ordinária anual.

2.2 Conversão de divisas estrangeiras

O Banco tem o seu capital denominado em Euros (EUR) e apresenta as suas contas anuais nessa divisa.

O Banco utiliza o método de contabilidade plurimo-netária, que consiste no registo de todas as transacções em divisas diferentes da de denominação do capital na ou nas moedas de efectivação dessas transacções. As receitas e despesas são convertidas na divisa do capital ao curso de câmbio em vigor à data da transacção.

2.2.1 Operações à vista

Os elementos do activo e do passivo denominados em divisas estrangeiras são convertidos para a moeda de denominação do capital aos cursos médios para operações à vista, à data do encerramento do balanço.

As operações à vista em divisas estrangeiras ainda não concluídas são convertidas para a moeda de denominação do capital ao curso para operações à vista, à data do encerramento do balanço.

2.2.2 Operações a prazo

As operações à vista em divisas estrangeiras a prazo ainda não concluídas são convertidas para a moeda de denominação do capital aos cursos a prazo para o tempo que falte até ao vencimento, à data do encerramento do balanço.

2.2.3 Lucros e perdas cambiais

Os lucros e perdas cambiais registados nas rubricas à vista cobertas a prazo e nas rubricas a prazo cobertas à vista são neutralizados nas contas de regularização. As diferenças entre os cursos de câmbio à vista e a prazo (reporte ou desconto) são contabilizadas nas contas de lucros e perdas *prorata temporis*, proporcionalmente ao tempo contado.

Os lucros e perdas cambiais registados nas rubricas à vista e não cobertas a prazo são contabilizados na conta de lucros e perdas.

As perdas cambiais registadas nas operações a prazo não cobertas são contabilizadas nas contas de lucros e perdas.

Para as operações a prazo não cobertas, os resultados de avaliação negativos são compensados pelos resultados de avaliação positivos constatados anteriormente. É constituída uma provisão para cobrir as perdas restantes.

2.3 Créditos

Os créditos são inscritos no balanço ao seu preço de aquisição, subtraído dos eventuais reembolsos e das correcções de valor.

É política do Banco o estabelecimento, de acordo com as circunstâncias e para os montantes determinados pelos órgãos responsáveis, de provisões específicas para cobranças duvidosas. O Banco constituiu igualmente provisões fixas com isenção de impostos. Estas provisões são deduzidas das rubricas de activos em causa.

2.4 Avaliação de valores mobiliários

Para efeitos de avaliação, o Banco classificou os seus valores mobiliários em três categorias de carteiras de títulos:

2.4.1 Carteira de imobilizações financeiras

É composta de valores mobiliários de rendimento fixo adquiridos com a intenção de serem mantidos até à data de vencimento. O reporte resultante da sua aquisição a preço superior ao de reembolso é amortizado proporcionalmente ao tempo contado até à sua data de vencimento. Os valores mobiliários de rendimento fixo com carácter de imobilizações financeiras e correspondendo às condições estabelecidas pela autoridade de supervisão são avaliados ao seu preço de aquisição. Os outros valores mobiliários de rendimento fixo com carácter de imobilizações financeiras são avaliados ao seu preço de aquisição ou ao seu valor de mercado, consoante o que for mais baixo.

Inclui igualmente as participações e as participações em empresas associadas com carácter de imobilizado. Estes títulos, que se destinam a ser utilizados de forma permanente na actividade do Banco, são avaliados ao seu preço de aquisição ou ao seu valor de mercado, consoante o que for mais baixo.

2.4.2 Carteira de negociação

É composta de valores mobiliários de rendimento fixo e variável adquiridos de origem com a intenção de serem alienados a curto prazo. Trata-se de títulos negociáveis em mercados cuja liquidez se pode considerar assegurada e cujos preços de mercado sejam permanentemente acessíveis por terceiros.

Os títulos da carteira de negociação figuram no balanço ao seu preço de aquisição ou ao seu valor de mercado, consoante o que for mais baixo.

2.4.3 Carteira de investimento

A carteira de investimento é composta por valores mobiliários adquiridos com objectivo de investimento ou de rendimento. Esta carteira abarca os valores mobiliários não incluídos nas outras duas categorias e é avaliada ao seu preço de aquisição ou ao seu valor de mercado, consoante o que for mais baixo. O custo da aquisição é determinado com base no custo médio ponderado.

2.5 Activos imobilizados que não constituem imobilizações financeiras

Os activos imobilizados que não constituem imobilizações financeiras são avaliados ao preço histórico de aquisição. O preço de aquisição dos activos imobilizados cuja utilização seja limitada no tempo é reduzido de correcções de valor calculadas de forma a amortizar sistematicamente o seu valor ao longo do seu prazo previsto de utilização.

Em caso de depreciação contínua, os valores imobilizados cuja utilização seja ou não limitada no tempo são objecto de correcções de valor que lhe confirmam a avaliação inferior que deve ser atribuída à data de encerramento do balanço. Estas correcções de valor são alvo de estorno quando as razões que as fundamentarem deixarem de existir.

2.6 Activos corpóreos

Os activos corpóreos são utilizados pelo Banco no âmbito das suas operações. São avaliados ao preço histórico de aquisição subtraído do total das amortizações. As amortizações são calculadas linearmente ao longo do prazo previsto de durabilidade do activo. As taxas utilizadas são as seguintes:

	Taxa de amortização
	(%)
Imóveis	1,5
Adaptação dos edifícios	10 - 33
Material e mobiliário de escritório	10 - 25
Material informático	20 - 33
Automóveis	20 - 33

2.7 Activos incorpóreos

As despesas de instalação da sucursal na Bélgica foram amortizadas linearmente ao longo de cinco anos a partir de 14 de Abril de 2003.

2.8 Provisão para activos de risco

A política do Banco consiste em constituir, de acordo com as disposições da legislação luxemburguesa, uma provisão fixa para activos de risco. A provisão fixa calculada nas rubricas do balanço é deduzida das rubricas do activo em causa. A provisão fixa calculada nas rubricas extrapatrimoniais é inscrita sob a rubrica "Provisões: outras provisões".

2.9 Fundo para riscos bancários gerais

O Banco criou um fundo para os riscos bancários gerais, com o objectivo de cobrir riscos específicos inerentes às operações bancárias. As afectações ao fundo são efectuadas a partir dos lucros após impostos mas antes da determinação dos lucros líquidos, e não estão sujeitas a qualquer limite quantitativo.

2.10 Dívidas

As dívidas são inscritas no passivo pelo seu montante de reembolso.

2.11 Instrumentos Financeiros Derivados

O Banco efectua, com objectivo de cobertura, operações de câmbios a prazo. Os lucros e perdas são apresentados sobre o mesmo período que os resultados provenientes do elemento coberto.

Nota 3 - Objectivos e estratégias em matéria de gestão de riscos

A gestão de riscos do Banco baseia-se nas políticas de risco definidas ao nível do grupo pela sua empresa-mãe. O Banco cumpre rigorosamente as políticas neste domínio definidas pelo Grupo.

De acordo com essas políticas, o Banco assegura a gestão dos riscos através de um quadro abrangente de princípios, estrutura organizacional, limites e processos estreitamente ligados às suas actividades e à natureza dos riscos.

3.1 Risco de crédito e das contrapartes

No domínio do risco de crédito e da contraparte, o Banco aplica a política de crédito do Grupo que, para além dos métodos de decisão do crédito, define as normas que enquadram o risco sectorial e o risco nacional.

Existem procedimentos e limites de competências que regulam a concessão de todos os créditos. A qualidade dos devedores e das garantias obtidas é analisada de acordo com critérios objectivos.

A exposição ao risco face às várias contrapartes do Banco concretiza-se pela implementação de limites de autorizações estabelecidos em concertação com a empresa-mãe e pode ser reduzida mediante obtenção de garantias e concessões de compensação.

A política do Banco em matéria de risco nacional é, em princípio, a não manutenção de relações activas com correspondentes, depositários ou devedores de países de risco. Caso esses riscos apareçam, serão avaliados e acautelados de acordo com critérios definidos.

3.2 Riscos de mercado

Os riscos de mercado são definidos como os resultantes das variações dos preços e das taxas de juros ou de câmbio, bem como da falta de liquidez dos activos, podendo implicar problemas de refinanciamento.

A actividade de tesouraria do Banco é orientada por um conjunto de limites que variam de acordo com as divisas tratadas e com os instrumentos financeiros utilizados. Cada um desses limites é objecto de controlo diário.

3.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ser definido como o de o Banco não poder fazer face às obrigações que lhe caibam por a sua capacidade de financiamento não lho permitir. Aplica-se também a perdas potenciais ligadas a empréstimos realizados a taxas de juros elevados ou a investimentos em fundos a taxas inferiores às do mercado.

Quanto às exigências regulamentares luxemburguesas na matéria, o Banco sempre ultrapassou largamente os mínimos estabelecidos de 30%. Este rácio é regularmente verificado pela Comissão Executiva em conjunto com o departamento de Tesouraria.

3.4 Riscos operacionais

A actividade do Banco centra-se na actividade bancária tradicional, executada pelo seu pessoal e controlada pela sua Comissão Executiva.

Com o objectivo de redução dos seus riscos, o Banco estabeleceu um processo organizacional que inclui nomeadamente ferramentas e procedimentos internos que regem as actividades exercidas, um sistema de responsabilização hierárquica ao nível de cada serviço, um sistema informático que respeita a separação das funções e o controlo das tarefas e um departamento de controlo interno que reporta directamente perante a Comissão Executiva.

O Banco adoptou igualmente um plano de continuidade que visa permitir-lhe continuar a operar em quaisquer circunstâncias. Foi também implementada uma cópia de segurança do sistema informático para que se possam retomar as actividades o mais depressa possível em caso de grandes dificuldades.

3.5 Riscos de mercado e em instrumentos financeiros

O Banco compra e vende, através da sua rede de correspondentes, instrumentos financeiros ou divisas em mercados organizados e de balcão. Tem essencialmente actividade na qualidade de corretor ou de agente por conta dos seus clientes. As posições por conta própria são objecto de linhas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

3.6 Riscos de variação de taxas de juro ou de taxas de câmbios

A actividade principal com instrumentos financeiros liga-se principalmente com operações de cobertura, essencialmente por conta dos clientes, uma vez que o Banco não possui actividade por conta própria no domínio do trading.

Em matéria de investimentos/depósitos, a linha de conduta do Banco caracteriza-se por maximizar a procura de total coincidência, tanto ao nível de divisas como de prazos. A regra é os depósitos dos clientes serem automaticamente recolocados no mercado em prazos e divisas idênticos e à taxa do mercado, após dedução da margem de lucro do Banco. A evolução dessa margem é acompanhada mensalmente pela Comissão Executiva.

A política do Banco no domínio dos câmbios é a limitação de posições abertas. Foram fixados limites globais por divisa "intra day" e "overnight". Esses limites são objecto de acompanhamento constante e de informação regular ao Conselho de Administração.

Nota 4 - Instrumentos financeiros

4.1 Análise dos instrumentos financeiros

4.1.1 Informações sobre instrumentos financeiros primários
O quadro seguinte fornece informações sobre o nível de actividade em instrumentos financeiros primários do Banco ordenados de acordo com o seu valor contabilístico em função do seu prazo residual. Por outro lado, o quadro indica o justo valor total dos instrumentos detidos para efeitos de negociação sempre que ele difere substancialmente do valor ao qual esses instrumentos são inscritos nas contas.

Por "justo valor" entende-se o valor ao qual os activos podem ser negociados ou os passivos liquidados no quadro de transacções ordinárias, concluídas em condições normais entre partes com capacidade jurídica, sem qualquer tipo de dependência entre si e agindo com toda a liberdade, à excepção de vendas forçadas ou efectuadas no quadro de liquidações.

4.1.1.1 Análise dos instrumentos financeiros - Instrumentos financeiros primários (em valor contabilístico - EUR milhares)

Instrumentos financeiros primários a 31 de Dezembro de 2008 (em valor contabilístico EUR milhares)	≤ 3 meses	> 3 meses ≤ 1 ano	> 1 ano ≤ 5 anos	> 5 anos	Sem vencimento	Total
Categoria de instrumentos (activos financeiros)						
Caixa, activos junto de bancos centrais e serviços de cheques postais	1.877.065	-	-	-	-	1.877.065
Créditos sobre instituições de crédito	2.371.553	60.857	-	-	-	2.432.410
Créditos sobre clientes	560.435	55.925	11.757	-	-	628.117
Obrigações e outros valores mobiliários de rendimento fixo (*)	-	5.399	2.962	2.040	-	10.401
Acções e outros valores mobiliários de rendimento variável (**)	-	-	-	-	6.821	6.821
Participações	-	-	-	-	5.310	5.310
Participações em empresas associadas	-	-	-	-	6.867	6.867
Total de activos financeiros	4.809.053	122.181	14.719	2.040	18.998	4.966.991
Activos não financeiros						90.126
Total de activos						5.057.117
Categoria de instrumentos (passivos financeiros)						
Débitos face a instituições de crédito						
à vista	138.754	-	-	-	-	138.754
a prazo ou com pré-aviso	355.924	20.225	11.800	-	-	387.950
Débitos face a clientes						
outros débitos						
à vista	3.209.305	-	-	-	-	3.209.305
a prazo ou com pré-aviso	1.000.126	62.722	-	-	-	1.062.847
Total de passivos financeiros	4.704.109	82.947	11.800	-	-	4.798.856
Passivos não financeiros						258.261
Total de passivos						5.057.117

(*) O justo valor e o valor contabilístico a 31 de Dezembro de 2008 das obrigações da carteira de negociação eram respectivamente de EUR 3.067.546 e de EUR 5.554.228. O justo valor das obrigações da carteira de imobilizações financeiras avaliadas a custos de aquisição elevava-se a EUR 5.090.250, equivalendo a uma mais-valia latente não contabilizada de EUR 306.075.

(**) O justo valor e o valor contabilístico a 31 de Dezembro de 2008 das acções da carteira de negociação eram respectivamente de EUR 3.684.724 e de EUR 5.217.436.

Instrumentos financeiros primários a 31 de Dezembro de 2007 (em valor contabilístico EUR milhares)	≤ 3 meses	> 3 meses ≤ 1 ano	> 1 ano à ≤ 5 anos	> 5 anos	Sem vencimento	Total
Categoria de instrumentos (activos financeiros)						
Caixa, activos junto de bancos centrais e serviços de cheques postais	71.051	-	-	-	-	71.051
Créditos sobre instituições de crédito	3.421.506	79.666	-	-	-	3.501.172
Créditos sobre clientes	622.964	75.742	34.823	12.409	-	745.938
Obrigações e outros valores mobiliários de rendimento fixo (*)	2.810	-	5.440	1.880	-	10.130
Ações e outros valores mobiliários de rendimento variável (**)	-	-	-	-	4.724	4.724
Participações	-	-	-	-	5.330	5.330
Participações em empresas associadas	-	-	-	-	6.606	6.606
Total de activos financeiros	4.118.331	155.408	40.263	14.289	16.660	4.344.951
Activos não financeiros						79.886
Total de activos						4.424.837

Categoria de instrumentos (passivos financeiros)						
Débitos face a instituições de crédito						
à vista	301.573	-	-	-	-	301.573
a prazo ou com pré-aviso	683.633	82.507	22.300	-	-	788.440
Débitos face a clientes						
outros débitos						
à vista	1.918.016	-	-	-	-	1.918.016
a prazo ou com pré-aviso	1.146.254	29.453	-	-	-	1.175.707
Total de passivos financeiros	4.049.476	111.960	22.300	-	-	4.183.736
Passivos não financeiros						241.101
Total de passivos						4.424.837

(*) O justo valor e o valor contabilístico a 31 de Dezembro de 2007 das obrigações da carteira de imobilizações financeiras eram respectivamente de EUR 44.767 e de EUR 44.713. O justo valor a 31 de Dezembro de 2007 das obrigações da carteira de imobilizações financeiras avaliadas a custos de aquisição elevava-se a EUR 7.586.000, equivalendo a uma mais-valia latente não contabilizada de EUR 619.825.

(**) O justo valor e o valor contabilístico a 31 de Dezembro de 2007 das acções da carteira de negociação eram respectivamente de EUR 1.185.710 e de EUR 1.165.034.

4.1.2 Informações sobre instrumentos financeiros derivados

O Banco utiliza exclusivamente contratos de câmbios a prazo com o único objectivo de cobertura do risco de juros e cambial.

4.1.3 Análise dos instrumentos financeiros derivados

utilizados para fins de cobertura

A 31 de Dezembro de 2008, o Banco era detentor dos instrumentos financeiros derivados seguintes:

(em milhares de euros)	< 3 meses Valor conceptual	> 3 meses ≤ 1 ano Valor conceptual	> 1 ≤ 5 anos Valor conceptual	> 5 anos Valor conceptual	Total Valor conceptual	Total Justo Valor	
						Activo	Passivo
Contratos de câmbios a prazo	11.676.082	836.791	-	-	12.512.873	269.425	267.261

A 31 de Dezembro de 2007, o Banco era detentor dos instrumentos financeiros derivados seguintes:

(em milhares de euros)	< Menos de 3 meses Valor conceptual	> 3 meses ≤ 1 ano Valor conceptual	> 1 ≤ 5 anos Valor conceptual	> 5 anos Valor conceptual	Total Valor conceptual	Total Justo Valor	
						Activo	Passivo
Contratos de câmbios a prazo	9.890.143	941.230	-	-	10.831.373	96.886	94.512

Todas as operações sobre instrumentos financeiros derivados são efectuadas para fins de cobertura.

4.2 Risco de crédito

4.2.1 Descrição do risco de crédito

A concessão de crédito não constitui a vocação principal do Banco. No entanto, tem por vezes de conceder créditos pignoratícios a clientes OIC ou privados, no âmbito da sua actividade.

O Banco habitualmente não assume riscos financeiros e faz com que lhe sejam concedidas garantias de primeira linha, como a penhora de activos dos clientes por montantes que cubram a totalidade dos compromissos.

4.2.2 Avaliação do risco de crédito inerente aos instrumentos financeiros

Para instrumentos derivados negociados fora de bolsa, o valor contabilístico, ou seja, o valor conceptual, não traduz o grau máximo de exposição ao risco. O Banco calcula o risco de crédito inerente aos instrumentos derivados externos aos mercados oficiais com base no método do risco inicial, de acordo com as disposições das circulares emitidas pela autoridade de supervisão.

Os quadros abaixo apresentam o grau de exposição ao risco de crédito em função dos montantes conceptuais, do montante em equivalente-risco e a exposição líquida ao risco, tendo em conta as eventuais garantias.

Risco de crédito para instrumentos derivados externos aos mercados oficiais (empregando o método do risco inicial) a 31 de Dezembro de 2008:

Grau de solvência das contrapartes	Montante conceptual* (1)	Montantes em equivalente-risco* (2)	Garantias (3)	Exposição líquida ao risco (4) = (2) - (3)
	EUR	EUR	EUR	EUR
Contratos de câmbios a prazo <i>outright</i>				
ponderação a 2 %	12.515.048.715	250.300.974	250.300.974	-

* Líquidos de repercussões de quaisquer convenções de compensação cuja execução possa ser solicitada pela instituição.

Risco de crédito para instrumentos derivados externos aos mercados oficiais (empregando o método do risco inicial) a 31 de Dezembro de 2007:

Grau de solvência das contrapartes	Montante conceptual* (1)	Montantes em equivalente-risco* (2)	Garantias (3)	Exposição líquida ao risco (4) = (2) - (3)
	EUR	EUR	EUR	EUR
Contratos de câmbios a prazo <i>outright</i> ponderação a 2 %	10.833.745.685	216.674.914	216.674.914	-

* líquidos de repercussões de quaisquer convenções de compensação cuja execução possa ser solicitada pela instituição.

4.3 Risco de mercado

A carteira de títulos do Banco integra uma obrigação do Estado Espanhol, um título FRN Rothschild Continuation Finance 2015 e participações Prifund Euro Bonds que não apresentam risco particular.

A carteira de negociação é composta principalmente por obrigações convertíveis, relativamente às quais, por questões de prudência, se registaram correcções de valor nas contas a 31 de Dezembro de 2008.

Os riscos de mercado restantes correspondem a uma carteira de participações em empresas associadas cujo valor de avaliação é globalmente superior ao custo de aquisição.

Tendo em conta o acima exposto, o risco de mercado para o Banco é limitado.

Nota 5 - Caixa, activos junto de bancos centrais e serviços de cheques postais

De acordo com as exigências do Banco Central Europeu, o Banco Central do Luxemburgo estabeleceu, a partir de 1 de Janeiro de 1999, um sistema de reservas obrigatórias a que se submetem todas as instituições de crédito luxemburguesas. A 31 de Dezembro de 2008, o montante da reserva mínima mantida pelo Banco junto do Banco Central do Luxemburgo ascendia a EUR 114.577.773 (2007: EUR 62.638.536).

A 31 de Dezembro de 2008, o montante da reserva mínima mantida pelo Banco junto dos bancos centrais de Espanha, de Portugal, da Bélgica e da Itália ascendia respectivamente a EUR 1.360.376 (2007: EUR 489.184), EUR 1.423.816 (2007: EUR 1.405.423), EUR 3.245.403 (2007: EUR 3.809.868) e EUR 200.270 (2007: EUR 114.188).

Nota 6 - Participações em empresas associadas

6.1 Detalhes das participações em empresas associadas

As participações em empresas associadas detidas pelo Banco são compostas da seguinte forma:

Nome	Sede	% de participação	Valor a 31.12.2008
			EUR
Participações			
Société de la Bourse de Luxembourg	Luxemburgo	0,06 %	20.766
ECH Investments Limited Cayman Islands	Ilhas Caimão	7,50 %	18.750
Cobehold S.A.	Bélgica	1,66 %	5.346.568
	Valor bruto		5.386.084
	Provisão fixa a deduzir		(76.183)
Valor líquido a 31.12.2008			5.309.901



Nome	Sede	% de participação	Valor a 31.12.2008	Fundos próprios (*) a 31.12.2008	Fundos próprios a 31.12.2008	Resultado a 31.12.2008	Resultado a 31.12.2008
		%	EUR	em divisas	EUR	em divisas	EUR
Participações em empresas associadas							
EdR Intl Fd Bermuda	Bermudas	14,75	42.393				
LCF Edmond de Rothschild Conseil S.A.	Luxemburgo	99,99	371.791	515.332	515.332	9.039	9.039
Pri Investment S.A.	Luxemburgo	99,92	124.900	504.537	504.537	35.271	35.271
Priadvisory Holding S.A. (**)	Suíça	100,00	1.616.160	20.690.084	13.387.312	16.461.338	10.651.144
Adiutoris Conseil S.A.	Luxemburgo	99,68	30.900	336.185	336.185	283.893	283.893
LCF EdR Nikko Cordial	Japão	50,00	396.365	79.253.169	628.264	(483.488)	(3.833)
Immobilière du 3 Joseph II S.A.	Luxemburgo	100,00	4.321.001	724.935	724.935	246.532	246.532
Iberian Renewable Energies GP S.à r.l.	Luxemburgo	100,00	12.500	133.955	133.955	109.295	109.295
Edr Real Estate Mediação	Portugal	100,00	49.950	70.440	70.440	20.440	20.440
	Valor bruto		6.965.960				
	Provisão fixa a deduzir		(98.530)				
	Valor líquido		6.867.430				

(*) Incluindo o resultado do exercício 2008.

(**) As contas de Priadvisory Holding S.A. são as apuradas a 30 de Novembro de 2008.

No decurso do ano de 2008, o Banco assumiu participações, no âmbito das suas actividades correntes, na empresa imobiliária Edr Real Estate Mediação, através da sua sucursal em Portugal.

6.2 Créditos e débitos sobre empresas associadas ou com as quais existam vínculos de participação

Os dados sobre estas rubricas são os seguintes:

	Empresas associadas 2008	Empresas associadas 2007	Empresas com vínculo de participação 2008	Empresas com vínculo de participação 2007
	EUR	EUR	EUR	EUR
Créditos				
créditos sobre instituições de crédito	27.362.000	69.286.416	-	-
créditos sobre clientes	10.028.935	6.422.855	-	12.898
Débitos				
débitos face a instituições de crédito	383.796.791	828.697.315	-	-
débitos face a clientes	52.247.775	34.541.802	6.228.940	6.990.119

Nota 7 - Valores mobiliários

7.1 Valores mobiliários cotados e não cotados

Os valores mobiliários apresentam-se da seguinte forma, consoante sejam ou não admitidos a cotação.

7.1.1 Valores mobiliários cotados

	2008	2007
	EUR	EUR
Obrigações e outros valores mobiliários de rendimento fixo		
emitentes públicos	5.396.816	8.205.825
outros emitentes	5.004.617	1.924.363
	10.401.433	10.130.188
Acções e outros valores mobiliários de rendimento variável	66.414	85.182

7.1.2 Valores mobiliários não cotados

	2008	2007
	EUR	EUR
Acções e outros valores mobiliários de rendimento variável	6.754.146	4.639.035
Participações	5.309.901	5.329.440
Participações em empresas associadas	6.867.430	6.605.765

7.2 Categorias de carteira de obrigações e outros valores mobiliários de rendimento fixo

As obrigações e outros valores mobiliários de rendimento fixo repartem-se da seguinte forma:

	2008	2007
	EUR	EUR
Carteira de imobilizações financeiras	5.396.816	8.205.825
Carteira de investimento	1.981.124	1.879.796
Carteira de negociação	3.067.546	44.567

Uma obrigação do Estado Espanhol (EUR 2.809.500) venceu-se a 31 de Janeiro de 2008.

A 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Obrigações e outros valores mobiliários de rendimento fixo” incluía um montante de EUR 5.396.325 correspondente a um título admissível a refinanciamento junto de um banco central da zona euro. Esse título é avaliado ao custo de aquisição. A 31 de Dezembro de 2008, o seu valor de mercado eleva-se a EUR 5.090.250, equivalendo a uma menos-valia latente não contabilizada de EUR 306.075. Vence-se a 30 de Julho de 2009. A carteira de negociação compõe-se principalmente de obrigações convertíveis, com um valor de mercado de EUR 3.045.699 a 31 de Dezembro de 2008.

7.3 Amortização de ágios de obrigações e outros valores mobiliários de rendimento fixo da carteira “imobilizações financeiras”

A 31 de Dezembro de 2008, o montante acumulado de integração na conta de resultados desde a data de aquisição dos ágios sobre as imobilizações financeiras em carteira elevava-se a EUR 349.731 (2007: EUR 650.202).

Nota 8 - Activo imobilizado

A evolução do activo imobilizado do Banco no decurso do exercício foi a seguinte:

	Valor bruto início do exercício	Entradas	Saídas	Ajustamentos da taxa de conversão (*)	Valor bruto fim do exercício	Correcções de valor acumuladas no fim do exercício	Valor líquido no fecho do exercício
	EUR	EUR	EUR	EUR	EUR	EUR	EUR
Participações	5.386.084	-	-	-	5.386.084	-	5.386.084
Participações em empresas associadas	6.654.721	49.950	-	261.289	6.965.960	-	6.965.960
Obrigações e outros valores mobiliários de rendimento fixo	8.205.825	491	(2.809.500)	-	5.396.816	-	5.396.816
						Provisão fixa a deduzir	(174.713)
Activos incorpóreos							
<i>incluindo:</i>							
Despesas de estabelecimento	303.200	-	-	-	303.200	(303.200)	-
Activos corpóreos	76.200.926	11.396.408	(815.002)	-	86.782.332	(46.857.733)	39.924.599
<i>incluindo:</i>							
Terrenos, construções e ordenamentos (**)	30.681.088	1.353.706	(101.280)	-	31.933.514	(10.314.419)	21.619.095
Instalações técnicas e máquinas	27.788.447	5.702.265	-	-	33.490.712	(24.373.865)	9.116.847
Outras instalações, utensílios e mobiliário	17.731.391	4.340.437	(713.722)	-	21.358.106	(12.169.449)	9.188.657
						Provisão fixa a deduzir	(564.710)

(*) O ajustamento à taxa de conversão corresponde à diferença entre o valor bruto a 1 de Janeiro de 2008 e esse mesmo valor convertido à taxa de câmbios em vigor a 31 de Dezembro de 2008.

(**) O valor líquido dos terrenos e construções utilizados no âmbito da actividade própria representa um montante de EUR 14.851.018 a 31 de Dezembro de 2008.

Nota 9 - Activos e passivos denominados em divisas estrangeiras

A 31 de Dezembro de 2008, a contrapartida na divisa de contabilização dos activos e passivos denominados em divisas estrangeiras elevava-se respectivamente a EUR 1.673.995.995 (2007: EUR 1.823.524.246) e EUR 1.673.481.857 (2007: EUR 1.824.316.079).

Nota 10 - Outros activos

Cobrimdo perdas de posições em carteira a 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica integrava principalmente créditos sobre seguradoras (EUR 4.067.488) e sobre produtos de vendas de títulos a receber (EUR 838.774).

Nota 11 - Outros passivos

A 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica integrava principalmente débitos por encargos sociais, impostos e retenções na fonte de administrações tributárias (EUR 6.056.303), uma dívida a seguradora (EUR 1.500.000) quanto a uma franquia do seguro sobre perda de posições em carteira, e outras facturas a liquidar.

Nota 12 - Outras provisões

As outras provisões distribuem-se como se segue:

Outras provisões	2008	2007
	EUR	EUR
Provisões para salários e prémios a pagar	51.109.161	50.883.409
Provisões para riscos inerentes a actividades de gestão e administração de OIC	6.128.200	6.835.600
Provisões para riscos específicos e gestão operacional	1.500.600	1.654.050
Provisão AGDL (Association pour la garantie des dépôts - Luxembourg)	2.809.482	2.607.577
Provisão fixa sobre rubricas extrapatrimoniais (ver nota 2.8)	1.457.209	1.552.422
	63.004.652	63.533.058

Nota 13 - Rubricas especiais com participação nas reservas

A mais-valia constituída ao abrigo dos artigos 53, 54 e 54bis da lei sobre o imposto sobre rendimentos corresponde à mais-valia realizada em 2002 sobre a venda de títulos da LCF Rothschild Pri Fund Conseil S.A..

Nota 14 - Capital social

O seu capital social do Banco, inteiramente realizado, ascende a EUR 31.500.000, sendo representado por 15.001 acções sem indicação de valor nominal.

Nota 15 - Reserva legal

De acordo com a legislação luxemburguesa, o Banco tem de anualmente afectar à reserva legal um montante equivalente a 5% dos lucros líquidos do exercício, até que essa reserva atinja 10% do capital subscrito, nível que foi atingido em 2003. Não é permitida a distribuição da reserva legal. A reserva constituída desde o estabelecimento do Banco foi incorporada no capital a partir de 21 de Dezembro de 1999.

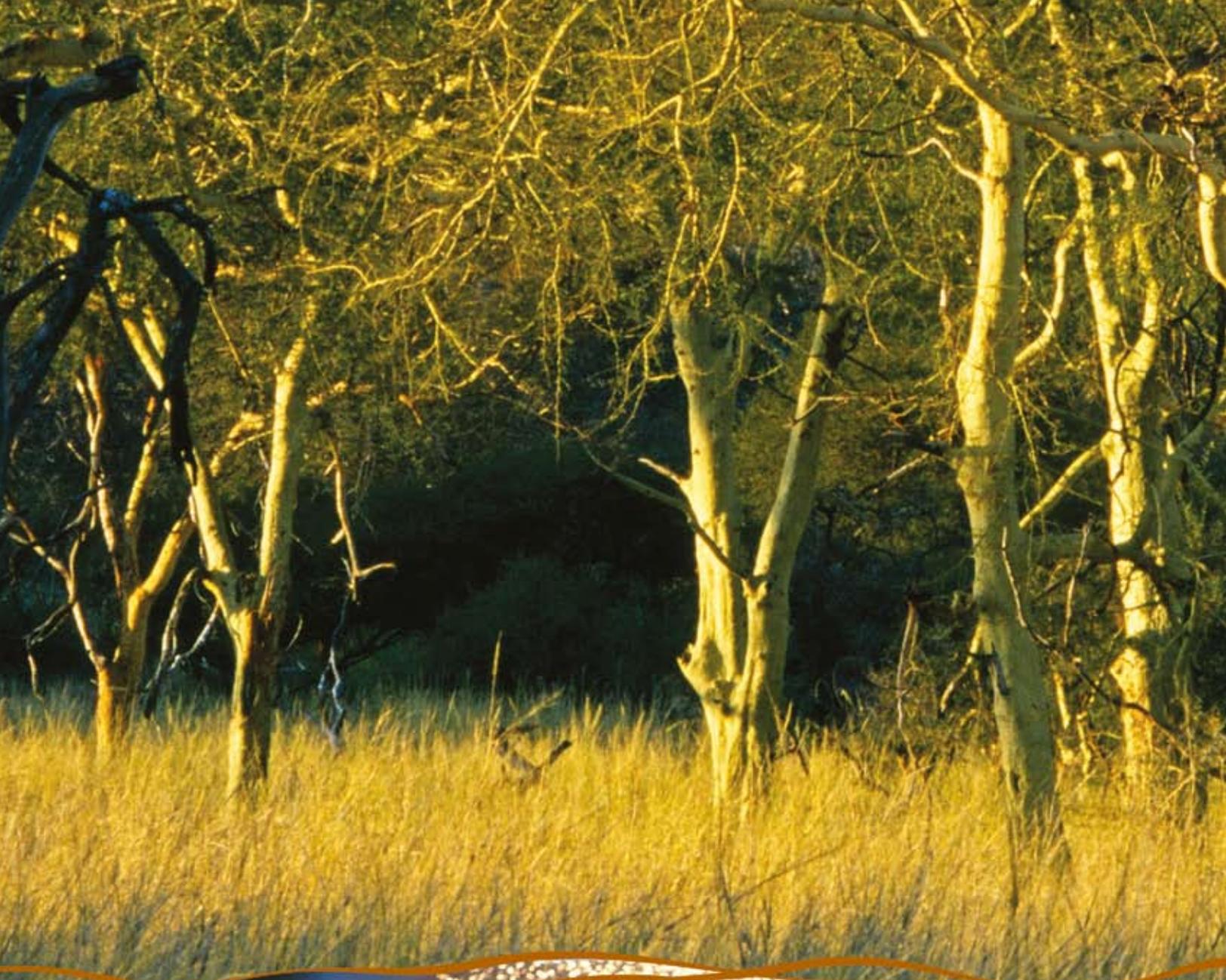
Nota 16 - Outras reservas

De acordo com a legislação tributária em vigor desde 1 de Janeiro de 2002, o Banco reduziu o seu ónus de Imposto sobre Fortuna (IF) no limite da sujeição ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC) do ano, antes da imputação dos abatimentos fiscais. Para cumprir a Lei, o Banco decidiu proceder à afectação a uma rubrica de reservas indisponíveis de um montante correspondente a cinco vezes a soma do IF reduzido. O período de indisponibilidade dessa reserva é de cinco anos, a contar do ano seguinte ao da imputação do IF.

Nota 17 - Variação de capitais próprios

A variação de capitais próprios analisa-se da seguinte forma:

Variação de capitais próprios	Capital subscrito	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
	EUR	EUR	EUR	EUR	EUR	EUR
Situação a 31 Dezembro 2007	31.500.000	3.150.000	60.781.750	10.000.000	35.005.553	140.437.303
Atribuição a outras reservas	-	-	13.449.000	-	(13.449.000)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(2.010.134)	-	(17.506.167)	(19.516.301)
Atribuição a resultados transitados	-	-	-	4.050.386	(4.050.386)	-
Resultado a 31 Dezembro 2008	-	-	-	-	32.134.483	32.134.483
Situação a 31 Dezembro 2008	31.500.000	3.150.000	72.220.616	14.050.386	32.134.483	153.055.485



Nota 18 - Passivos eventuais

A 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, o Banco participava nas seguintes operações extrapatrimoniais:

	2008	2007
	EUR	EUR
Garantias e outros substitutos directos de crédito	143.546.727	105.141.418

Nota 19 - Compromissos extrapatrimoniais

A 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, o Banco participava nas seguintes operações extrapatrimoniais:

	2008	2007
	EUR	EUR
Créditos confirmados não utilizados	354.669.405	364.444.884

Nota 20 - Operações a prazo pendentes de liquidação

A 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, o Banco participava nas seguintes operações extrapatrimoniais:

	2008	2007
	EUR	EUR
Operações relacionadas com taxas de câmbio		
operações de câmbios a prazo <i>outrights</i>	12.512.873.077	10.831.372.677

Estas operações efectuam-se unicamente por necessidades de cobertura de operações passadas por conta de clientes do Banco.

Nota 21 - Sistema de garantia mútua de depósitos e de indemnização dos investidores

Todas as instituições de crédito do Luxemburgo são membros da associação sem fins lucrativos “Association pour la Garantie des Dépôts, Luxembourg”, (AGDL - Associação para a Garantia dos Depósitos, Luxemburgo).

O objectivo único da AGDL é a implementação de um sistema mútuo de garantia de depósitos em numerário e de créditos resultantes de operações de investimento efectuados por pessoas singulares junto dos seus membros, sem distinção de nacionalidade ou país de residência, por empresas sujeitas ao direito luxemburguês ou de qualquer outro estado membro da União Europeia e com dimensão suficiente para serem autorizadas a apresentar o balanço financeiro na forma abreviada nos termos da Lei, bem como por empresas de dimensão comparável sujeitas à legislação de qualquer outro estado membro da União Europeia.

A AGDL reembolsa aos depositantes os montantes dos seus depósitos em numerário garantidos e aos investidores os montantes dos seus créditos garantidos, com máximo estabelecido no contravalor em qualquer divisa de EUR 20.000 por depósito em numerário garantido e de EUR 20.000 por crédito garantido resultante de operações de investimento que não envolvam depósitos em numerário.

No decurso do exercício de 2008, e na sequência de pedido de contribuições da AGDL, o Banco utilizou EUR 488.595 dessa provisão. Dotou igualmente a provisão com EUR 690.500.

O Banco não considera os montantes pagos à AGDL como recuperáveis a 31 de Dezembro de 2008, pelo que não foi registado qualquer crédito a eles relativo.

Nota 22 - Serviços de gestão e de representação

O Banco presta a terceiros serviços de gestão e de representação nos seguintes domínios:

- Gestão e consultoria de gestão de fortunas;
- Manutenção e administração de valores mobiliários por fundos e institucionais;
- Representação fiduciária;
- Função de agente.

Nota 23 - Outros resultados operacionais

Esta rubrica é constituída principalmente por estornos de provisões para impostos de anos anteriores e para riscos específicos e gestão operacional, bem como o reembolso efectuado pela administração fiscal e relativo ao IVA.

Nota 24 - Outras despesas de exploração

Esta rubrica é constituída principalmente com provisões para riscos incorridos pelo Banco no âmbito das suas actividades de manutenção e administração de valores mobiliários e de prestação de serviços a organismos de investimento colectivo, e por uma dotação para a provisão AGDL.

Nota 25 - Pessoal empregado durante o exercício

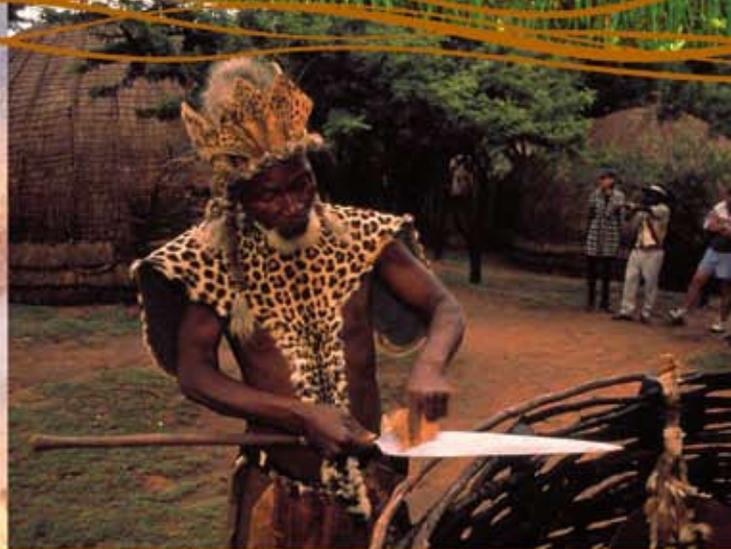
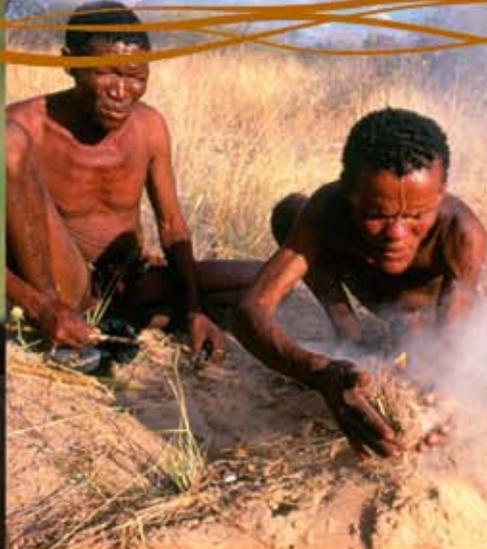
O efectivo de membros do pessoal do Banco empregados em média no decurso dos exercícios de 2007 e 2008 elevou-se a:

Categorias	Número de pessoas 2008	Número de pessoas 2007
Direcção (directores e directores-adjuntos)	79	71
Quadros	168	143
Empregados	475	418
Total	722	632

Nota 26 - Remunerações atribuídas aos titulares dos órgãos de direcção

Resumem-se, a 31 de Dezembro de 2008, da seguinte forma:

	Remunerações 2008	Remunerações 2007
	EUR	EUR
Administradores	620.000	620.000
Direcção (directores e directores-adjuntos)	18.215.179	14.665.069
Total	18.835.179	15.285.069



Nota 27 - Créditos e adiantamentos atribuídas aos titulares dos órgãos de direcção

Resumem-se, a 31 de Dezembro de 2008, da seguinte forma:

	2008	2007
	EUR	EUR
Direcção (directores e directores-adjuntos) - créditos	3.303.346	3.513.000
Garantias bancárias	503.470	-
Total	3.806.816	3.513.000

Nota 28 - Pensões

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1986, o Banco instituiu a favor de todo o seu pessoal um regime complementar de reforma com contribuições definidas. Este regime foi modificado para assegurar a sua compatibilização com a lei de 8 de Junho de 1999 relativa aos regimes complementares de reforma.

A partir do exercício de 2003, o fundo de pensões do pessoal foi transferido para uma seguradora externa homologada no Grão-ducado do Luxemburgo.

Nota 29 - Honorários do revisor oficial de contas

Os honorários do revisor oficial de contas do Banco no ano de 2008 estabelecem-se da seguinte forma:

	2008	2007
	EUR	EUR
Controlo legal das contas anuais	371.050	305.815
Outros serviços de seguros	121.275	144.500
Serviços fiscais	275.434	154.555
Outros	238.027	375.109
	1.005.786	979.979

Nota 30 - Informações relativas a empresas consolidadas

O Banco é incluído nas contas consolidadas de Banque Privée Edmond de Rothschild S.A., Genève, que constitui o conjunto mais amplo e mais restrito de empresas que o Banco integra na qualidade de filial, e cujas contas consolidadas se encontram disponíveis na sede de Banque Privée Edmond de Rothschild S.A., Genève – 18, rue de Hesse – Genebra, Suíça.

RELATÓRIO DOS REVISORES DE CONTAS

AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE
BANQUE PRIVÉE EDMOND DE ROTHSCHILD EUROPE

Relatório sobre as Contas Anuais

De acordo com o mandato que nos foi atribuído pelo Conselho de Administração a 12 de Março de 2008, procedemos à auditoria das contas anuais do Banque Privée Edmond de Rothschild Europe, anexas, e que incluem o Balanço Financeiro a 31 de Dezembro de 2008, bem como a Conta de Lucros e Perdas do exercício encerrado nessa data e anexos que contêm um resumo dos principais métodos contabilísticos e outras notas explicativas.

Responsabilidade do Conselho de Administração no apuramento e apresentação das contas anuais

O Conselho de Administração é responsável pelo apuramento e apresentação de boa-fé destas contas anuais, de acordo com as obrigações legais e regulamentares relativas ao apuramento e apresentação das contas anuais actualmente em vigor no Luxemburgo. Essa responsabilidade abrange a concepção, a implementação e o acompanhamento por controlo interno relativos ao apuramento e à apresentação de boa-fé de contas anuais que não comportem anomalias significativas, independentemente de estas resultarem de fraude ou de erros, bem como a escolha e aplicação dos princípios e métodos contabilísticos adequados, e ainda a determinação de estimativas contabilísticas razoáveis face às circunstâncias.

Responsabilidade dos Revisores de Contas

É da nossa responsabilidade a emissão de um parecer sobre estas contas anuais, com base na nossa auditoria. Efectuámos a nossa auditoria ao abrigo das Normas Internacionais de Auditoria (ISA), conforme adoptadas pelo Institut des Réviseurs d'Entreprises (IRE). Estas normas exigem, da nossa parte, a submissão aos princípios éticos, e a planificação e a realização da auditoria de forma a obtermos certeza razoável de que as contas anuais não comportem anomalias significativas.

As auditorias implicam a implementação de procedimentos tendo em vista a recolha de elementos comprovativos relativos aos montantes e às informações prestadas

nas contas anuais. A escolha desses procedimentos fica ao arbítrio do Revisor de Contas, tal como a avaliação dos riscos de que as contas anuais contenham anomalias significativas, independentemente de estas resultarem de fraude ou de erros. Ao proceder a estas avaliações de risco, o Revisor de Contas tem em consideração o controlo interno existente na instituição relativamente ao apuramento e apresentação de boa-fé das contas anuais, no sentido de definir os processos de auditoria mais adequados às circunstâncias, e não tendo como objectivo emitir qualquer parecer sobre a eficácia do mesmo.

As auditorias abrangem igualmente a avaliação do nível de adequação dos métodos contabilísticos escolhidos e da razoabilidade das previsões contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, ao mesmo título que a apreciação da apresentação conjunta das contas anuais.

Consideramos que os elementos comprovativos que recolhemos são suficientes e adequados para fundamentarmos o nosso parecer.

Parecer

Em nossa opinião, as presentes contas anuais transmitem uma imagem fiel do património e da situação financeira do Banque Privée Edmond de Rothschild Europe a 31 de Dezembro de 2008, bem como dos resultados para o exercício encerrado nessa mesma data, de acordo com as obrigações legais e regulamentares relativas ao apuramento e apresentação das contas anuais actualmente em vigor no Luxemburgo.

Conformidade com outras obrigações legais ou regulamentares

O Relatório de Gestão, que incumbe à responsabilidade do Conselho de Administração, encontra-se em conformidade com as contas anuais.

PricewaterhouseCoopers S.à r.l.
Luxemburgo, 30 de Março de 2009
Revisores Oficiais de Contas
Representada por Philippe Sergiel



ambiente



Embora a África possa ser considerada o berço da humanidade, foram de facto os impactos causados pelo homem que vieram progressivamente, ao longo dos séculos, perturbar o frágil equilíbrio entre a natureza e as pessoas. A alimentação, a água, o clima, a cultura e a biodiversidade são factores interdependentes e precários. O mínimo desequilíbrio é susceptível de desencadear epidemias ou de mergulhar regiões inteiras na pobreza e no desespero.

A criação de reservas de conservação, ou de Peace Parks, tendo em conta que a defesa dos ecossistemas exerce efeitos directos na saúde dos seres humanos e na sobrevivência das outras espécies, permite o regresso ao curso natural da vida. A fauna e a flora desenvolvem-se livremente, e as culturas tradicionais têm de novo a possibilidade de florescerem sem serem limitadas pelas fronteiras.

Espaços ecológicos incomuns, os Peace Parks são testemunhos privilegiados do esplendor natural de África. Transbordam de vidas animais e vegetais únicas no mundo.

O futuro do nosso planeta está intimamente ligado ao deste continente ameaçado. A reedificação do frágil equilíbrio entre a fauna, a flora e o ser humano é, simultaneamente, uma urgência e uma obrigação.



É com preocupação permanente com o respeito pelo ambiente que as actividades do Grupo LCF Rothschild prosseguem, em França, na África do Sul e na Argentina, nos sectores agrícola, vitivinícola e hoteleiro, aliando o saber-fazer ancestral às técnicas mais modernas. Assim, em 2008, as vinhas e as explorações agrícolas do Grupo prosseguiram a modernização dos seus equipamentos: os vectores principais foram a diminuição da factura do carbono, a metanização, o tratamento de efluentes, a poupança de energia e a reciclagem de matéria orgânica.

BANQUE PRIVÉE EDMOND DE ROTHSCHILD EUROPE

SEDE

Luxemburgo

20, boulevard Emmanuel Servais
L-2535 Luxemburgo – Luxemburgo
Tel.: (352) 24 88 1
Fax Direcção: (352) 24 88 8222
Fax Bolsa / Câmbios: (352) 22 39 98
www.lcf-rothschild.lu

SUCURSAIS

Bélgica

Bruxelas

Avenue Louise 480 Bte 16A
1050 Bruxelas – Bélgica
Tel.: (32) 02 645 57 57
Fax: (32) 02 645 57 20
www.lcf-rothschild.be

Agência de Liège

Quai de Rome 56
4000 Liège – Bélgica
Tel.: (32) 04 234 95 95
Fax: (32) 04 234 95 75
www.lcf-rothschild.be

Agência de Antuérpia

Frankrijklei 103
2000 Antuérpia – Bélgica
Tel.: (32) 03 212 21 11
Fax: (32) 03 212 21 22
www.lcf-rothschild.be

Espanha

Madrid

Calle Orfila, 8 Bajo C
28010 Madrid – Espanha
Tel.: (34) 91 364 66 00
Fax: (34) 91 364 66 60
www.lcf-rothschild.es

Agência de Barcelona

Josep Bertrand, 11
08021 Barcelona – Espanha
Tel.: (34) 93 272 05 04
Fax: (34) 93 215 06 97
www.lcf-rothschild.es

Itália

Milão

Via Ulrico Hoepli, 7
20121 Milão – Itália
Tel.: (39) 02 72 17 44 1
Fax: (39) 02 72 17 44 57
www.bpere.it

Portugal

Lisboa

Rua D. Pedro V, 130
1250-095 Lisboa – Portugal
Tel.: (351) 21 351 46 60
Fax: (351) 21 351 46 88
www.lcf-rothschild.lu

AGÊNCIAS DE REPRESENTAÇÃO

Israel

Telavive

46, boulevard Rothschild
66883 Telavive – Israel
Tel.: (972) 3-56 69 818
Fax: (972) 3-56 69 821
www.lcf-rothschild.lu

Polónia

Varsóvia

Rondo ONZ 1, 12th Fl.
00-124 Varsóvia – Polónia
Tel.: (48) 22 581 64 00
Fax: (48) 22 581 64 01
www.lcf-rothschild.lu

Eslováquia

Bratislava

Hlavné námestie 4
811 01 Bratislava – Eslováquia
Tel.: (421) 2 5443 0940
Fax: (421) 2 5443 4084
www.lcf-rothschild.lu

FILIAIS

Adjutoris Conseil

18, boulevard Emmanuel Servais
L-2535 Luxemburgo – Luxemburgo
Tel.: (352) 26 26 23 92
Fax: (352) 26 26 23 94

Edmond de Rothschild Real Estate Mediação Imobiliária S.A.

Rua D. Pedro V, 128
Lisboa 1250-095 – Portugal
Tel.: (351) 213 408 360
Fax: (351) 213 408 369

Pri Investment

16, boulevard Emmanuel Servais
L-2535 Luxemburgo – Luxemburgo
Tel.: (352) 24 88 2386
Fax: (352) 24 88 8402

EMPRESA EM JOINT-VENTURE

LCF Edmond de Rothschild Nikko Cordial Co., Ltd

Tokyo Building,
7-3 Marunouchi 2-chome,
Chiyoda-ku,
100-6421 Tokyo – Japon
Tel.: (81) 3 3283-3535
Fax: (81) 3 3283-1611

BANQUE PRIVÉE EDMOND DE ROTHSCHILD S.A.

SEDE

Genebra

18, rue de Hesse
1204 Genebra – Suíça
Tel.: (41-58) 818 91 11
Fax: (41-58) 818 91 21
www.lcf-rothschild.ch

SUCURSAIS

Friburgo

11, rue de Morat - CP 144
1701 Friburgo – Suíça
Tel.: (41-26) 347 24 24
Fax: (41-26) 347 24 20
www.lcf-rothschild.ch

Lausana

2, avenue Agassiz
1003 Lausana – Suíça
Tel.: (41-21) 318 88 88
Fax: (41-21) 323 29 22
www.lcf-rothschild.ch

AGÊNCIAS DE REPRESENTAÇÃO

Montevideo

Representación Montevideo
World Trade Center Montevideo
Torre II - Piso 21
Avenida Luis Alberto de Herrera 1248
11300 Montevideo – Uruguai
Tel.: (598-2) 623 24 00
Fax: (598-2) 623 24 01

Hong Kong

Escritório de Representação
Suite 3006 One Exchange Square
8 Connaught Place
Central - Hong Kong – China-SAR
Tel.: (852) 2869 1711
Fax: (852) 2877 2185
bper_hk@pacific.net.hk

FILIAIS

Lugano

Banca Privata Edmond de Rothschild
Lugano S.A.
Via Ginevra 2 - CP 5882
6901 Lugano – Suíça
Tel.: (41-91) 913 45 00
Fax: (41-91) 913 45 01
www.privata.ch

Genebra

Arbinter-Omnivalor S.A.
4, cours de Rive
1204 Genebra – Suíça

Absorvida em Fevereiro de 2009
por Banque Privée Edmond de Rothschild S.A.

Privaco Trust S.A.

2, rue Firmin-Abauzit
1204 Genebra – Suíça
Tel.: (41-58) 818 96 19
Fax: (41-58) 818 91 78

Friburgo

Rouiller, Zurkinden
& Cie Finance S.A.
11, rue de Morat - CP 1296
1701 Friburgo – Suíça
Tel.: (41-26) 347 26 00
Fax: (41-26) 347 26 15

Londres

Edmond de Rothschild Limited
 LCF Edmond de Rothschild
 Securities Limited
 LCF Edmond de Rothschild
 Asset Management Limited
 Orion House
 5 Upper St. Martin's Lane
 Londres WC2H 9EA – Reino Unido
 Tel.: (44) 20 7845 5900
 Fax: (44) 20 7845 5901
 www.lcfr.co.uk

Guernsey

LCF Edmond de Rothschild Holdings
 (C.I.) Limited
 LCF Edmond de Rothschild (C.I.)
 Limited
 LCF Edmond de Rothschild
 Asset Management (C.I.) Limited
 Hirzel Court Suite D
 St. Peter Port - Guernsey GY1 2NH
 Ilhas do Canal – Reino Unido
 Tel.: (44-1481) 716 336
 Fax: (44-1481) 714 416

Mónaco

Banque de Gestion
 Edmond de Rothschild – Monaco
 Les Terrasses
 2, avenue de Monte-Carlo - BP 317
 98000 Mónaco Cedex
 Tel.: (377) 93 10 47 47
 Fax: (377) 93 25 75 57

Edmond de Rothschild Conseil et
 Courtage d'Assurance – Mónaco
 Les Terrasses
 2, avenue de Monte-Carlo
 98000 Mónaco
 Tel.: (377) 97 98 28 00
 Fax: (377) 97 98 28 01

Luxemburgo

Banque Privée
 Edmond de Rothschild Europe
 20, boulevard Emmanuel Servais
 L-2535 Luxemburgo – Luxemburgo
 Tel.: (352) 24 88 1
 Fax Direcção: (352) 24 88 8222
 Fax Bolsa / Câmbios: (352) 22 39 98

Nassau

Banque Privée
 Edmond de Rothschild Ltd.
 51 Frederick Street - PO Box N-1136
 Nassau – Baamas
 Tel.: (1-242) 328 8121
 Fax: (1-242) 328 8115

Taipé

Priasia Limited
 (LCF Rothschild Group)
 Tortola, Ilhas Virgens Britânicas
*Com escritório de representação
 em Taiwan*
 Bank Tower
 205 Tun Hwa North Road
 Suite 202
 Taipé – Taiwan 105
 Tel.: (886-2) 2545 0505
 Fax: (886-2) 2545 1407

Buenos Aires

Edmond de Rothschild
 Servicios Argentina S.A.
 Torre Bouchard
 Bouchard 547, Piso 12
 C1106ABG Buenos Aires – Argentina
 Tel.: (54-11) 4313 6400
 Fax: (54-11) 4313 6500

OUTROS BANCOS E SOCIEDADES DO GRUPO LCF ROTHSCHILD

Genebra

La Compagnie Benjamin de Rothschild S.A.
29, route de Pré-Bois
CP 490
1215 Genebra 15 – Suíça
Tel.: (41-22) 319 75 00
Fax: (41-22) 319 75 09
Tel. Bolsa: (41-22) 319 75 70
Fax Bolsa: (41-22) 319 75 60

Paris

La Compagnie Financière
Edmond de Rothschild Banque
47, rue du Faubourg Saint-Honoré
75401 Paris cedex 08 – França
Tel.: (33-1) 40 17 25 25
Télex: 280 585
Fax: (33-1) 40 17 24 02

Cogifrance

47, rue du Faubourg Saint-Honoré
75008 Paris – França
Tel.: (33-1) 40 17 25 25
Fax: (33-1) 40 17 25 64

Créditos

Peace Parks

pág. 3-5

Imagem grande:

© Koos van der Lende

Imagens pequenas, da esquerda para a direita:

© Koos van der Lende

© Michael Viljoen

© Koos van der Lende

© Koos van der Lende

© Peace Parks Foundation

Mapa:

© Peace Parks Foundation

A Família Rothschild e África

pág. 15-17

As chapas originais das fotografias são provenientes da obra: "Viagem do Senhor Barão Maurice de Rothschild à Etiópia e África Oriental Inglesa (1904-1905)".

Obra impressa aos cuidados do Laboratório de Entomologia do Museu Nacional Francês de História Natural, Paris – Imprimerie Nationale. 1922. As fotografias do livro editado pelo Grupo são provenientes dessa obra. (2 tomos).

Educação

pág. 29-31

Imagem grande:

© Peace Parks Foundation

Imagens pequenas, da esquerda para a direita:

© Matt Prophet

© Heinrich van den Berg

© Peace Parks Foundation

© iStock.com

© Peace Parks Foundation

Desenvolvimento sustentável

pág. 37-39

Imagem grande:

© Koos van der Lende

Imagens pequenas, da esquerda para a direita:

© Michael Viljoen

© Peace Parks Foundation

© Tony Weaver

© Michael Viljoen

© Tony Weaver

pág. 53

De cima para baixo e da esquerda para a direita:

© Peace Parks Foundation

© Heinrich van den Berg

© Koos van der Lende

© Matt Prophet

pág. 62

De cima para baixo e da esquerda para a direita:

© Koos van der Lende

© Heinrich van den Berg

© Roger de la Harpe

© Heinrich van den Berg

pág. 67

De cima para baixo e da esquerda para a direita:

© Koos van der Lende

© Koos van der Lende

© Tony Weaver

© Tony Weaver

Ambiente

pág. 71-73

Imagem grande:

© Heinrich van den Berg

Imagens pequenas, da esquerda para a direita:

© Koos van der Lende

© Michael Viljoen

© Michael Viljoen

© Matt Prophet

© Koos van der Lende



Todos os direitos reservados
Concepção Gráfica: Vidale-Gloesener, Luxemburgo
Impressão: Ottweiler Druckerei und Verlag GmbH, Alemanha

A versão portuguesa deste Relatório Anual é uma tradução livre do original, que foi elaborado em Francês. Foi prestada a maior atenção possível no sentido de garantir que a tradução constitua uma representação exacta do original. Contudo, em todos os aspectos da interpretação de informações, opiniões ou pontos de vista expressos no documento, a versão original em Francês prevalece sobre a tradução.